

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Letras  
Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária

Gustavo Breunig

Análise Informacional em Paralelos:  
Questões Relacionadas às Funções de Tópico e de Foco

PORTO ALEGRE – 2014

Gustavo Breunig

Análise Informacional em Paralelos:  
Questões Relacionadas às Funções de Tópico e de Foco

Dissertação para obtenção de Mestrado em  
Teoria e Análise Linguística – Gramática,  
Semântica e Léxico, na Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Doutor Marcos Goldnadel

Porto Alegre – 2014

*Com carinho para todos aqueles que me apoiaram e me apoiam sempre:*

*Maiara, minha inspiração e meu descanso.*

*Meus pais e familiares, sempre presentes.*

*Amigos, novos e velhos, próximos ou distantes.*

## AGRADECIMENTOS

Os últimos dois anos foram de muito trabalho e exigiram muita paciência, não só minha, mas de diversas pessoas, às quais agradeço:

Talvez a pessoa que mais precisou de paciência e que por mais tempo aguentou o nervosismo crescente foi minha namorada, Maiara Fischer Pioner, à qual agradeço pelo amor e compreensão.

Meus pais, Claudia e Delmar Breunig, bem como minha irmã, Amanda Breunig, presenciaram meu cotidiano de leituras e pesquisa durante esse tempo, recebendo também sua parte de stress e, por isso e pelo amor, agradeço a presença deles.

Diversos amigos me ajudaram a superar os momentos de dificuldades, seja com piadas, com conversa ou com cerveja. Correndo o risco de deixar de fora alguém importante, cito alguns que me ocorrem agora: Tailôr Mendôça e Camile Villanova, Camila de Bona, Eduardo Soares e Daiana Pinho, Pâmela Damasceno e Queila Manna. Provavelmente deixo alguns nomes importantes de fora, mas a todos os presentes nesses momentos, meu mais sincero obrigado.

Agradeço também aos professores Renato Basso, Luisandro Mendes e Gabriel Othero por participarem da banca.

Por fim, agradeço ao professor Marcos Goldnadel, que mais do que um orientador muito paciente, é um grande amigo, sempre disposto a ajudar.

A todos, meu mais sincero obrigado.

*Acho que prefiro me lembrar de  
uma vida desperdiçada com  
coisas frágeis, do que uma vida  
gasta evitando a dívida moral.*

(Neil Gaiman. Coisas Frágeis,  
2006)

## RESUMO

Buscando uma visão mais particular de analisar a estrutura informacional, este trabalho apresenta uma análise do tópico e do foco sentencial em paralelos. A análise da distribuição da informação na sentença, ou estrutura informacional, é uma área ainda nova de pesquisa, com diversos termos, bem como sentidos para esses termos, surgindo frequentemente. A presente análise tem por objetivos dissociar o foco e o tópico como complementos um do outro, mostrando uma possibilidade de análise em que o foco e o tópico ocorrem em seus próprios níveis de análise – os paralelos – o que lhes torna mais autônomos e, ainda assim, mais próximos em determinadas análises. O foco é o elemento que recebe maior destaque neste trabalho, que compara ambos os paralelos, porém analisa mais sentenças e problemas envolvendo questões referentes ao foco, como a existência de um tipo de foco informacional secundário, aqui chamado de foco auxiliar, o qual tem como objetivo indicar uma nova informação não solicitada. Ainda, no tratamento dado ao paralelo do foco, relações entre o foco e implicaturas estão presentes. O tópico, por outro lado, é um elemento que ainda necessita de pesquisas mais profundas, estando aqui apresentado de uma forma mais inicial. O desenvolvimento do tópico aqui presente está relacionado a questões mais básicas, mas nem por isso menos importantes.

**Palavras-chave:** Foco. Tópico. Estrutura Informacional. Análise em Paralelos.

## **ABSTRACT**

Looking for a particular way of analyzing the information structure, this work presents an analysis of sentential topic and focus in parallels. The way information is distributed in a sentences, or its information structure, is a research subject still beginning to develop, with many terms, as well as meanings for those terms, coming up often. This analysis aims at dissociating focus and topic as complements of each other, showing a possibility of analysis in which these elements occur in different levels of analysis – the parallels – which allow them more autonomy, as well as closer in some analysis. Focus is the element that will be dealt with more in the present work, which compares both parallels, but analyzes more sentences and problems concerning the focus, such as the existence of a secondary information focus, which is called auxiliary focus, that aims at providing new information that has not been asked for. Also, in the focus parallel, the relation between focus and implicature is dealt with. Topic, on the other hand, is an element that still needs deeper research, here being introduced concerning more basic problems, but still important ones.

**Key-words:** Focus. Topic. Information Structure. Analysis in Parallels.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 TRABALHOS ANTERIORES.....</b>	<b>10</b>
2.1 A ANÁLISE DO TÓPICO SENTENCIAL DE REINHART.....	10
2.2 A DIVISÃO TRIPARTIDA DE VALLDUVÍ.....	16
2.3 O TÓPICO DE VAN KUPPEVELT.....	21
2.4 TÓPICO CONTRASTIVO, FOCO E ESTRATÉGIA EM BÜRING.....	29
2.5 ESTRUTURA INFORMACIONAL E SINTAXE NÃO-CANÔNICA EM WARD & BIRNER.....	35
2.6 NOÇÕES RELACIONAIS E REFERENCIAIS EM GUNDEL & FRETHEIM.....	44
<b>3 ANÁLISE EM PARALELOS.....</b>	<b>56</b>
3.1 O PARALELO FOCO/PROPOSIÇÃO ABERTA.....	56
3.1.1 O Foco.....	57
3.1.2 A Proposição Aberta.....	59
3.1.3 O Teste: A Pergunta Virtual.....	60
3.1.4 Exemplo de Análise no Paralelo Foco/Proposição Aberta.....	61
3.2 O PARALELO TÓPICO/COMENTÁRIO.....	65
3.2.1 O Tópico.....	65
3.2.2 O Comentário.....	68
3.2.3 Os Testes: Noção de Aboutness, a Elisão e a Resolução de Ambiguidades.....	69
3.2.4 Exemplo de Análise no Paralelo Tópico/Comentário.....	71
<b>4 A ANÁLISE.....</b>	<b>76</b>
4.1 O CASO DA CONVERGÊNCIA FOCO-TÓPICO.....	77
4.2 O CASO DO FOCO AUXILIAR.....	82
4.3 O CASO DAS IMPLICATURAS.....	86
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>92</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A estrutura informacional tem sido pesquisada durante as últimas décadas de forma cada vez mais frequente. Termos como *foco*, *tópico*, *tema*, *rema*, *proposição aberta*, *comentário* e outros tantos são utilizados das mais diversas formas pelos mais diversos autores. O próprio termo *estrutura informacional* já não possui um sentido único, podendo ser hoje considerado como relacionado à forma como a informação se organiza dentro de um discurso, como nos casos tratados por autores como van Kuppevelt (1995), ao que se costuma chamar de estrutura informacional discursiva. Outro sentido, este o que prevalecerá no presente trabalho, é entender o termo em referência ao modo como a informação se organiza dentro da sentença, como Vallduví (1990) o faz. Este tipo de estudo é conhecido como estrutura informacional sentencial.

O objetivo do presente trabalho é lidar com a noção de estrutura informacional sentencial, propondo uma reelaboração da forma de análise do *foco* e do *tópico*. Ambos os termos, porém, não são sempre usados da mesma forma. O termo *tópico*, por exemplo, é tão amplamente utilizado que Vallduví (1990) decidiu substituí-lo pelo termo *link*, em seu trabalho, com o objetivo de evitar confusões e ambiguidades. O termo *foco* também possui sentidos diversos, dependendo do autor que se considera, inclusive havendo uma distinção entre *ser o foco* e *estar no foco*, aquele se referindo a informação nova, este se referindo a elementos sob os quais a atenção dos interlocutores recai. Tal multiplicidade de sentidos está relacionada ao fato de que os estudos de estrutura informacional ainda estão em uma fase de intensa descoberta e de contraposição de ideias. Diante de tal multiplicidade, pretendo, com este trabalho, demonstrar uma forma própria de entender a articulação *foco/tópico*. A observação de uma série de enunciados me levou a definir os termos conforme eles serão apresentados no segundo capítulo.

Antes, porém, no primeiro capítulo, apresento resumos de trabalhos de alguns autores que estão ligados, direta ou indiretamente, à escolha de termos e sentidos feitas no decorrer desta dissertação. Os seis resumos apresentados no primeiro capítulo são dos trabalhos de Reinhart (1981), Vallduví (1990), van Kuppevelt (1995), Büring (2003), Ward e Birner (2004) e Gundel e Fretheim (2004). Essa é uma pequena amostra dos trabalhos realizados nas últimas quatro décadas de estudos da estrutura informacional. Tal seleção de autores e trabalhos foi feita levando-se em conta os sentidos de *tópico* e *foco* identificados nas análises acima

mencionadas.

Os seis trabalhos resumidos no primeiro capítulo lidam com os mais diversos pontos, passando por noções como *tópico discursivo*, *tópico sentencial*, *tópico contrastivo*, *foco informacional* e tantos outros. Embora cada trabalho tenha seu objetivo específico, de cada um deles serão retirados elementos, definições e exemplos importantes para o trabalho que se seguirá. As noções que darão forma ao trabalho são retiradas e adaptadas de tais trabalhos, assim, a noção de *tópico* deriva do trabalho de Reinhart, com influência do trabalho desenvolvido por Vallduví, enquanto a noção aqui adotada como *foco* está ligada ao trabalho de Lambrecht, sendo influenciada, entre outros, pelo trabalho de Buring.

O segundo capítulo fará uso dos elementos, definições e exemplos em questão, juntamente a outros elementos originados de trabalhos de outros autores, para apresentar o principal objetivo deste trabalho, que é uma visão particular sobre certos aspectos pragmáticos da estrutura informacional sentencial (a partir daqui, apenas estrutura informacional, a discursiva sendo diferenciada quando necessário for). Tal análise introduzirá a noção de paralelos de análise da estrutura informacional, o que dá nome ao tipo de análise em questão, ou seja, *análise em paralelos*. A escolha do nome “análise em paralelos” surge do fato de que, embora em um primeiro momento aparentemente individuais, as noções de foco e de tópico estão fortemente relacionadas, ainda que não ocorram no mesmo nível de análise. Análises em um paralelo tendem a influenciar na forma como o outro paralelo é entendido, havendo uma constante comunicação entre ambos. O objetivo de tal análise em paralelos é demonstrar que as noções de tópico e de foco não se manifestam de forma necessariamente tão dissociada nos elementos da estrutura sentencial quanto se tem acreditado. Assim, os paralelos lidarão cada um com a análise de um desses dois elementos, indicando seus complementos adequados e como localizar cada um deles dentro de uma sentença.

O objetivo principal desta divisão poderá ser visto no início do terceiro capítulo, onde um exemplo originado de Gundel e Fretheim (2004) será analisado de forma a demonstrar uma possível coincidência de marcação tópica e de marcação focal sobre um mesmo elemento. Este último capítulo, ainda, terá por objetivo a análise de outras sentenças, principalmente no paralelo referente ao foco, buscando a possibilidade de existência de diferentes focos, com diferentes funções e status dentro de uma única sentença. Por fim, dentro do mesmo capítulo e com o uso ainda do paralelo do foco, serão exemplificados, também, casos em que o foco influencia no cálculo de implicaturas conversacionais (manutenção ou cancelamento).

## 2 TRABALHOS ANTERIORES

A literatura de estrutura informacional é rica em teorias e autores que contribuíram para que chegássemos ao conhecimento que hoje temos do assunto. Neste capítulo os trabalhos de seis autores são analisados de forma a ilustrar um pequeno pedaço do caminho percorrido ao longo das últimas quatro décadas. Todos os trabalhos aqui presentes foram selecionados por estarem ligados aos exemplos escolhidos para as análises e por representarem pedaços importantes da literatura que levou à produção deste trabalho. Começando pela década de 1980, analisarei o trabalho de Reinhart (1981), passando para os trabalhos de Vallduví (1990) e de van Kuppevelt (1995), representando a década de 1990 e, por fim, os trabalhos do início dos anos 2000, representados aqui por Buring (2003), Ward & Birner (2004) e Gundel e Fretheim (2004). Os autores escolhidos não são ao acaso, cada um deles contribuindo direta ou indiretamente para a proposta a ser apresentada no próximo capítulo.

### 2.1 A ANÁLISE DO TÓPICO SENTENCIAL DE REINHART

A análise do tópico feita por Reinhart (1981) está relacionada à noção de *aboutness*, ou sobre o que se fala. Para melhor entender a que se refere tal noção de tópico sentencial e sua função, lidarei agora com as ideias trazidas pela autora.

Em primeiro lugar, Reinhart defende que o tópico não pode ser definido diretamente na estrutura sintática. Ao contrário do proposto por outros autores (como no caso do *link* de Vallduví 1990), o tópico não precisa ser, para ela, o primeiro elemento da sentença, pois é possível que, em diferentes contextos, outras expressões presentes possam servir como tópico. Assim, uma frase como (1) pode ter tanto *Max* como *Rosa* como seu tópico:

- (1) Max viu Rosa ontem.  
(Traduzido de Reinhart 1981, 56)

Se o enunciado em (1) estiver relacionado à ideia de *Quem o Max viu ontem?*, então o tópico será *Max*, porém se a ideia a ser completada for a de *Alguém viu a Rosa ontem?*, o

tópico será *Rosa*, pois será um enunciado não sobre Max, mas sobre Rosa. Dessa forma, o tópico não é uma relação ligada, para ela, à sintaxe, mas sim à pragmática, ou seja, relativa ao discurso no qual o enunciado está inserido.

Para Reinhart há no máximo um tópico por sentença, embora o tópico único possa ser em si formado por mais de uma entidade (Reinhart não traz exemplos diretos do caso, mas provavelmente refira-se a, por exemplo, listas de indivíduos funcionando como um único tópico). Para a autora, também é possível a existência de sentenças sem tópico, ou seja, sentenças que não apresentam uma entidade sobre a qual se esteja afirmando algo, como será visto no decorrer desta seção. Por fim, a autora estabelece que lidará apenas com os casos de NPs como tópicos, ainda que admita que a análise pretendida deve poder se estender com facilidade para outros possíveis tipos de tópicos.

Embora defenda que o tópico é em si sobre o que a sentença fala (*aboutness*), Reinhart reconhece que outra forte corrente de pensamento é identificar o tópico como sendo a parte da sentença que carrega informação velha<sup>1</sup>, noção essa que, como veremos mais adiante, ela considera errônea.

Para explicar a noção de *aboutness*, a autora remete ao trabalho de Strawson (1964, apud Reinhart 1981), que estabelece critérios para a identificação do tópico como sendo sobre o que a sentença é. Tais critérios são “*background* e propósito” e “o fato de que verificações de sentenças como verdadeiras ou falsas são geralmente centradas nos tópicos”.

O primeiro destes, *background* e propósito, é composto por dois princípios comunicacionais, o princípio de presunção de conhecimento – ou seja, a sentença deve estar relacionada ao discurso, ela deve ser sobre algo presumidamente conhecido – e o princípio da relevância, este mais importante para a noção de tópico: uma expressão é entendida como sendo o tópico da sentença se a asserção presente nesta for entendida como objetivando uma expansão do conhecimento do ouvinte sobre o seu referente.

Ainda mais importante, para a autora, é o segundo critério: o de que as verificações de sentenças como verdadeiras ou falsas são geralmente centradas no tópico sentencial. A noção de *aboutness* pragmática em si mesma é independente das condições de verdade, porém a ideia é que as estratégias de verificação de verdade serão afetadas pelo tópico. Esta ideia será melhor desenvolvida no decorrer desta seção.

---

<sup>1</sup> A autora não especifica em que sentido utiliza “velho” e “novo”, se como noções relacionais/referencias ou como noções relacionadas ao discurso ou ao faltante.

O tópico, como já dito, é entendido como uma relação pragmática, porém propriedades sintáticas e semânticas das sentenças têm o poder de restringir a escolha de possíveis tópicos. Para a autora, no plano da sintaxe, existe, de fato, uma grande preferência para a interpretação do sujeito da sentença como o tópico, ou de qualquer elemento movido para a posição inicial. Porém, isso é uma tendência, como pode ser visto em exemplos como (2), trazido pela própria autora:

- (2) Kracauer's book is probably the most famous ever written on the subject of the cinema. Of course, many more people are familiar with the book's catchy title than are acquainted with its turgid text. (The Village Voice, Oct. 1, 1979: 49, apud Reinhart 1981: 62)

Neste exemplo, de acordo com a autora, o tópico da segunda sentença é o livro, ainda que *many more people* esteja na posição na qual se esperaria o tópico. Isso porque a sentença como um todo é sentida como sendo sobre o livro, não sobre as pessoas.

Ainda há casos como o deslocamento à esquerda em (3) que colocam o tópico em posição inicial.

- (3) Félix, faz muito tempo que não o vejo.<sup>2</sup>  
(Traduzido Reinhart 1981: 63)

O deslocamento à esquerda abre, segundo Reinhart, a possibilidade de realizar testes que verifiquem se o elemento em questão é o tópico da sentença. Se em uma sentença (na qual originalmente não havia o movimento) for possível que um NP seja deslocado, então tal NP passível de ser movimentado pode ser o tópico daquela sentença. Assim, se em um enunciado em particular for possível tal deslocamento, o elemento movido será, então, o tópico daquele enunciado. Assim, na frase em (3), por exemplo, dentre os elementos da sentença, *Félix* é o tópico do enunciado em questão. Há casos, porém, em que não é possível deslocar um elemento à esquerda sem que haja mudança de tópico. Outro teste possível, relacionado, é modificar a sentença para uma sentença com *about*, assim, a sentença em (3) poderia ser como a sentença em (4):

---

<sup>2</sup> Para evitar ambiguidades, é importante esclarecer que a leitura aqui pretendida não é a de vocativo, mas a de elemento deslocado à esquerda.

(4) She said about Felix that it's been ages since she saw him.

Nesse caso, aceitável em um maior número de sentenças, segundo a autora, o tópico do enunciado é, novamente, *Felix*, pois só é possível mover o NP para *She said about* se o NP for tópico.

Na questão semântica, Reinhart afirma que NPs quantificados são mais difíceis de serem interpretados como tópicos. Isso se deve ao fato de que tais NPs não podem ser interpretados referencialmente. Porém, NPs quantificados universalmente apresentam a possibilidade de uma interpretação referencial, como denotando um conjunto de elementos determinados, como em “Todos os adultos são mais velhos do que as crianças”, em que “todos os adultos” indica um conjunto definido. Uma vez que um NP só pode ser interpretado como tópico se for pragmaticamente referencial, tais quantificações universais apresentam uma possibilidade de interpretação tópica no enunciado.

A noção de tópico também está relacionada a outras noções pragmáticas, tal como a de pressuposição. Uma sentença como (5), para Reinhart, não falha em ter seu valor de verdadeiro ou falso:

(5) The exhibition was visited yesterday by the King of France.  
(Reinhart 1981: 69)

Isso ocorre porque a expressão tópica (em uma leitura que coloque o sujeito como tópico) não falha em apresentar um referente. Em tal caso, a expressão que falharia (*the King of France*) é, de certo modo, absorvida<sup>3</sup> pelo predicado. O mesmo se daria se não houvesse um tópico: mesmo que uma expressão referencial presente não tenha um referente, ela será absorvida, permitindo que a sentença tenha um valor de verdade. No caso de (5), como estaríamos falando da exibição em questão, bastaria verificar que o rei da França não esteve presente nela ontem (o fato de ele não existir não é relevante) para concluir que a sentença é falsa.

<sup>3</sup> A autora não é muito clara quanto ao significado de “ser absorvido”, mas indica que uma expressão é “absorvida” quando não exige por si só a existência de seu referente por fazer parte do que é dito sobre algo, e não do algo sobre o que se diz.

As ideias de tópico como informação velha e tópico como *aboutness* tem sido usadas intercambiavelmente, porém, ressalta Reinhart, elas não são a mesma coisa. Para explicitar seu ponto, ela primeiro esclarece que topicalidade não pode ser definida em termos de referência. Caso o tópico fosse o referente, sentenças como (7) apresentariam problemas, que sentenças como (6) não apresentariam:

(6) A: Who did Felix praise?  
 B: Felix praised MAX.  
 (Reinhart 1981: 72)

(7) A: Who did Felix praise?  
 B: Felix praised HIMSELF.  
 (Reinhart 1981: 72)

O problema em (7) seria o de que, caso tomemos o referente como sendo tópico, ele seria apresentado como informação velha ao ser tópico e como informação nova ao ser foco (a resposta da pergunta), gerando uma contradição. O que ocorre para a autora é que o tópico tende a coincidir com a informação velha, porém ser informação velha não é nem uma condição necessária, nem uma condição suficiente para que o NP seja considerado tópico.<sup>4</sup>

Uma sentença pode conter uma série de NPs que sejam já conhecidos do falante, porém que não sejam tópicos. Existe, de fato, uma tendência para que aquilo sobre o que se esteja falando na sentença seja algo já conhecido, porém nem todos os elementos conhecidos de uma sentença serão tópicos. Assim, como dito antes, não é uma condição necessária ser informação velha para ser tópico.

É possível que esta forte tendência de coincidência entre informação velha e topicalidade, para Reinhart, tenha outra razão. A autora afirma que sentenças podem estar ligadas umas às outras se houver alguma relação entre seus referentes (essas relações podem ser de identidade, de pertencimento, entre outras), ou podem, ainda, ser ligadas por um conector semântico. É possível que apenas um deles seja o caso, ou ainda que ambos ocorram simultaneamente. O fato, porém, é que uma ligação referencial entre as sentenças é muito mais comum do que uma ligação por conectores semânticos, o que gera a impressão de que o tópico deve ser

---

<sup>4</sup> Nos trabalhos de Ward & Birner (2004) e de Gundel & Fretheim (2004) a ser apresentado mais adiante neste capítulo, as noções de novo/velho no discurso e novo/velho para o ouvinte, e de novo/velho relacionalmente e novo/velho referencialmente introduzirão uma forma mais adequada de solucionar o problema.

informação velha. Entretanto, nos casos em que ocorre o conector semântico, existe a possibilidade de um elemento novo ser considerado o tópico. Para ilustrar isso, ela nos traz o exemplo aqui apresentado em (8):

- (8) *The public benches that used to be west of their restaurant are gone also, it has been rumored that the removal of the benches has been brought about by pressure from certain business people who want to discourage those who can't afford to get drunk in public behind iron work railings, from annoying those who can. // Of course, one of the consequences is that the tenants of 1415 Ocean Front Walk don't have their benches to sit on...* (ênfase da autora)  
(Beachhead, Venice, CA, December, 79, 15, apud Reinhart 1981: 76)

No exemplo acima, o tópico da segunda frase seria *the tenants of 1415 Ocean Front Walk*, um NP que representa informação nova, porém que é possibilitado pelo conector *of course, one of the consequences*. Conectores semânticos seriam, entre outras coisas, uma forma de introduzir novos tópicos. Além disso, no caso de sentenças que iniciam discursos, haveria um afrouxamento da necessidade de um link referencial para a autora.

Um ponto ainda a ser explorado é a questão do tópico relacionado a asserções pragmáticas, ou seja as diferentes asserções que uma proposição pode apresentar em diversos contextos pragmáticos. Para isso, falaremos primeiramente da ideia de conjunto contextual e, por fim, sobre as possíveis asserções pragmáticas (PPA, do inglês *Possible Pragmatic Assertions*).

O tópico, tendo em vista sua noção de *aboutness*, deve ser definido em termos do discurso em andamento, não em termos de discurso passado, o que seria o caso se levássemos em conta a ideia de informação velha. A ideia de conjunto contextual remete a Stalnaker (1978), que o definia como o conjunto de proposições aceitas como verdadeiras em um determinado ponto de um determinado contexto. É o conhecimento compartilhado; aquilo que se assume que os falantes compartilhem naquele ponto do discurso.

Assim, um discurso pode ser descrito como um processo compartilhado de construção de um conjunto contextual. A questão, porém, é descrever os diferentes efeitos contextuais de uma mesma proposição asseverada sobre coisas (tópicos) distintos. Segundo Reinhart, a resposta para tal problema está na organização interna do conjunto contextual. Ela compara a construção de tal conjunto com um catálogo onde as proposições que são aceitas são classificadas em subconjuntos de proposições que são armazenadas sob entradas que as definem. Os tópicos seriam, assim, a forma de organizar o discurso, seriam as entradas sob as quais a informação deve ser armazenada.



Assim sendo, cada sentença declarativa está associada a um conjunto de possíveis asserções pragmáticas (PPA) que pode ser usada para introduzir o conteúdo de qualquer destas asserções no contexto. Reinhart formaliza essa ideia da seguinte forma:

(9)  $PPA_{(S)} = \emptyset$  juntamente com [ $\langle a, \emptyset \rangle$ :  $a$  é a interpretação de uma expressão NP em S].

(Traduzido de Reinhart 1981: 80, 81)

O símbolo  $\emptyset$  denota uma proposição expressa pela sentença (S). O que a fórmula indica, assim, é que a  $PPA_{(S)}$  (as possíveis asserções pragmáticas da sentença) é equivalente à proposição expressa pela sentença junto com um membro de cada possível par formado pela proposição e a interpretação do NP em S. Ou seja, se no par for escolhido  $\emptyset$  não haverá um tópico sentencial. Se, porém, uma interpretação de uma expressão NP ( $a$ ) for escolhida, tal expressão será o tópico naquele contexto. Assim, o tópico é igual a  $a_i$  no par  $\langle a_i, \emptyset \rangle$  do  $PPA_{(S)}$  selecionado no contexto.

Dizer que a sentença no contexto seleciona um  $a_i$  significa dizer, primeiramente que, se possível, a  $\emptyset$  expressa pela sentença no contexto está relacionada às proposições já listadas sob a entrada  $a_i$ . Isso significa dizer também que, para verificarmos as condições de verdade da sentença, basta verificarmos o que sabemos sobre  $a_i$ , ou seja, sobre a entrada sob a qual a informação será armazenada. Em segundo lugar, se  $\emptyset$  não for rejeitado, será adicionado na entrada e passará a fazer parte do conjunto contextual, a sentença pode ser vista, assim, como pretendendo expandir o conhecimento do ouvinte sobre  $a_i$ .

Como vimos antes, apenas indivíduos existentes podem ser tópicos que possibilitem que o enunciado tenha um valor de verdade. Assim, uma falha nas condições de verdade (como os casos envolvendo o rei da França como tópico) são casos em que o tópico não obedece a premissa de  $a$  ser uma entidade existente. Isso, porém, não se aplica às entidades que não sejam tópicas daquele enunciado particular.

## 2.2 A DIVISÃO TRIPARTIDA DE VALLDUVÍ

A teoria que analiso aqui de Vallduví (1990) lida com a ideia – derivada de Heim (1983,

apud Vallduví 1990) – de que durante uma conversa, certos conhecimentos são acessados e novos conteúdos são criados, o que ele denomina de estoque de conhecimento. O autor defende, assim, que a mente trabalha com grupos de arquivos que armazenam o conhecimento. Novos arquivos são criados, enquanto o discurso se desenrola, ao mesmo tempo em que os arquivos já existentes são atualizados com novos conteúdos. Cada arquivo seria então “nomeado” em relação a um referente, de forma que em uma sentença como

(10) O João saiu.

ao ser dita para uma pessoa que já conhece o João, mas que desconhece o paradeiro deste, faz com que o arquivo relacionado a “João” seja atualizado pelo ouvinte de forma a adicionar a informação de que o indivíduo saiu.

Se, entretanto, uma sentença com mais de um referente, como em:

(11) João encontrou Maria.

é dita a alguém que conhece tanto o João quanto a Maria, mas que desconhece o encontro entre os dois, a informação é armazenada sob o arquivo do primeiro referente – ou seja, “João” – e uma espécie de hiperlink faria a conexão entre os dois referentes, de forma que ao se buscar pelo arquivo referente à “Maria”, chegaríamos indiretamente à mesma informação. Os detalhes sobre como ocorre tal ligação não são de relevância para o presente trabalho, de forma que o leitor interessado pode buscar maiores informações em Vallduví (1990) e em Breunig (2011). A esta teoria, Vallduví denomina “metáfora dos arquivos”, em referência ao já mencionado trabalho de Heim.

A partir de tal ideia, Vallduví apresenta uma teoria tripartida derivada das clássicas teorias de tópico/comentário (Gundel 1974, apud Vallduví 1990; Reinhart 1982, apud Vallduví 1990; entre outros) e de foco/proposição aberta (Ward & Prince 1985, apud Vallduví 1990; entre outros), as quais são brevemente explicadas a seguir.

(12) Pedro comeu MASSA.

Em uma abordagem do tipo tópico/comentário, uma sentença como (12) selecionaria o NP “Pedro” como o tópico, aquilo sobre o que se fala, e o VP “comeu massa” seria o que se diz sobre o tópico, ou seja, o comentário.

Por outro lado, uma abordagem foco/proposição aberta identificaria “Pedro comeu” como a proposição aberta, ou o que já é compartilhado pelo falante e pelo ouvinte como sendo informação pressuposta (partindo-se da ideia de que de fato ambos tenham tal conhecimento), enquanto que a informação nova, o NP “massa” é o foco, a parte informativa da sentença.

A partir de ideias semelhantes a estas acima apresentadas, Dahl (1974, apud Vallduví 1990) propõe uma divisão tripartida da informação. Ele divide a sentença de forma que “Pedro” é o tópico/proposição aberta, “comeu” é o comentário/proposição aberta e “massa” é o foco/comentário.

Para Vallduví a divisão proposta por Dahl é problemática, pois elimina qualquer unidade superordenada de informação ao simplesmente sobrepor ambas as análises. O problema, para ele, é que dessa forma apenas se unificam ambas as análises em uma única camada, sem indicações sobre qual tem prevalência informacional sobre a outra. Para resolver tal problema, Vallduví divide a sentença também em três, porém com dois níveis de divisão: primeiramente identifica o que ele chama de *focus* (daqui em diante foco) e de *ground*; o *ground* sendo, a seguir, dividido em *link* e *tail*. Vejamos melhor cada elemento da teoria.

O foco está relacionado, segundo o autor, ao que popularmente se denomina foco na literatura, ou seja, é a parte informativa em si da sentença. É semelhante ao foco de Halliday (1967, apud Vallduví 1990) e outros. O foco é, então, a parte que codifica a informação, sendo, desta forma, a única parte que não pode, para Vallduví, ser elidida, uma vez que é a única contribuição real feita pela sentença ao estoque de conhecimentos do falante (ou, ao menos, o que o falante considera como assim sendo). Ainda é importante que, para o autor, o foco da sentença é único, podendo conter diversos elementos, porém não se dividindo em dois ou mais focos, o que também impossibilita a existência de elementos focalizados em partes separadas de um mesmo enunciado.

Por outro lado, o *Ground* é o complemento do foco. Vallduví estabelece esse elemento como o que indica onde e como a informação do foco deve ser armazenada no estoque de

informações. O conhecimento contido no ground é tido pelo falante como conhecido pelo ouvinte, ou seja, como compartilhado, de forma que o ground pode ser parcial ou completamente elidido no discurso, conforme o falante acredite que o ouvinte pode ser capaz de armazenar a informação por conta própria. Ainda é possível que o ground, ou parte dele, não esteja presente, uma vez que não haja conhecimento compartilhado, ou quando não houver um lugar já existente no estoque de informações para o armazenamento, sendo necessário que o falante crie um arquivo novo para que o armazenamento ocorra de forma adequada.

O ground subdivide-se, como mencionado acima, em link e tail. O link é uma noção muito parecida com a de tópico, dada por outros autores (como o tópico sentencial de Reinhart 1981). A razão da escolha de um novo termo pelo autor, entretanto, se deve ao fato de “tópico” e “tema” já terem sido muito utilizados em outras teorias, contaminando-se com sentidos que o autor prefere evitar. O link está diretamente conectado à ideia de objeto do pensamento, indicando exatamente onde a informação deve ser armazenada. O link sempre será o primeiro elemento da sentença, embora nem sempre o primeiro elemento da sentença seja o link, uma vez que, como dito, ele pode não estar presente em casos em que ele não seja necessário, por já estar saliente no discurso, ou quando não houver um arquivo específico já existente para o armazenamento.

O tail, por sua vez, tem como primeira função explicitar como a informação deve ser armazenada. A sua não existência indica, para Vallduví, que a informação deve ser apenas adicionada ao arquivo, enquanto que a sua existência indica que um conhecimento prévio deva ser substituído (ainda que, em alguns casos, tal conhecimento seja apenas uma lacuna, como em “João \_\_\_ Maria”, em que se sabe que existe uma relação entre o João e a Maria, porém não qual é essa relação). Enquanto o foco é identificado pela sua prosódia e o link por ser o primeiro elemento, o tail é identificado por exclusão como o que não é nem link nem foco.

Alguns exemplos de enunciados examinados de acordo com Vallduví são citados abaixo:

(13) [<sub>F</sub> Há uma mosca na minha SOPA!]<sup>5</sup>

(14) O chefe [<sub>F</sub> CHAMOU].

---

<sup>5</sup> Nestes exemplos, o VERSALETE marca proeminência prosódica, enquanto [<sub>F</sub>] marca o foco.

(15) O João [<sub>F</sub> ODEIA] a Maria.

(16) [<sub>F</sub> CEM REAIS] ele me pediu dessa vez!

(Traduzidos de Vallduví, 1990)

Na sentença em (13), temos uma sentença que é toda focal, ou all-focus, como Vallduví a denomina. Nesse caso, entende-se que não há um endereço já existente onde se possa adicionar a informação, por se tratar de um enunciado existencial. Assim, ele deve ser entendido como “adicione ao estoque de conhecimentos o fato de que há uma mosca na sopa do falante”.

A sentença em (14) apresenta uma estrutura de link e foco. Dessa forma, ela deve ser entendida como “vá para o arquivo 'o chefe' e adicione o fato de que ele chamou”.

A sentença em (15), por sua vez, apresenta todos os elementos possíveis, ou seja, um link, um foco e um tail. Dessa forma, ela pode ser entendida como dizendo “vá para o arquivo referente a 'o João', localize ali o fato de que ele tem uma relação com 'a Maria' e estabeleça que esta relação é uma de ódio”

Por fim, a sentença em (16) apresenta uma estrutura do tipo foco e tail, não havendo um link, uma vez que a sentença não é sobre os “cem reais” que aparecem no início. Dessa forma, podemos ler a sentença como dizendo “com relação ao que ele me pediu desta vez, adicione o fato de que foi cem reais”.

Como dito, então, para Vallduví o foco é um elemento único, não havendo casos de sentenças que apresentem [<sub>F1</sub>]e [<sub>F2</sub>], por exemplo, uma vez que toda informação nova ocorrerá como um bloco único. Ainda, o autor não traz referência a noções de foco contrastivo ou tópico contrastivo, sendo que todos os casos de foco com que lida são de foco informacional.

A proposta de Vallduví apresenta outras questões a serem melhor trabalhadas, como a noção de tail, cuja formulação carece de maiores detalhes, uma vez que em muitos casos não é possível analisar a presença do tail como simplesmente indicando que se substitua uma informação. Tais problemas, porém, não são o objeto deste trabalho, de forma que aqui os cito apenas para não deixá-los passar em branco e para indicar possíveis futuros trabalhos na área.

### 2.3 O TÓPICO DE VAN KUPPEVELT

Topicalidade é abordada por van Kuppevelt (1995) de forma distinta da que pretendemos abordar. Mesmo assim, suas ideias dão origem a diversos trabalhos aqui mencionados, como o de Büring (2003) e o de Roberts (1996, 2011). Além disso, a forma como o autor trabalha a organização do discurso é extremamente importante e, embora o termo tópico no sentido por ele dado seja mais abrangente do proposto neste trabalho, as noções que ele emprega e desenvolve serão de grande valia.

Primeiramente, para van Kuppevelt, topicalidade é o princípio organizador da estrutura discursiva. A proposta é que uma teoria com uma noção uniforme de tópico surja, unindo as noções de tópico sentencial e de tópico de unidades discursivas maiores, formando, assim, uma base geral da estrutura discursiva.

Uma série de perguntas implícitas e/ou explícitas produz uma estrutura hierárquica que forma o discurso. Van Kuppevelt começa com a análise das caracterizações formais e funcionais das noções de tópico e comentário.

Em seu trabalho, a noção de tópico adotada é a de *aboutness*, sobre o que se fala, sendo caracterizada da seguinte forma:

The notion presupposes that a discourse unit U – a sentence or a larger part of a discourse – has the property of being, in some sense, directed at a selected set of discourse entities (a set of persons, objects, places, times, reasons, consequences, actions, events or some other set), and not diffusely at all discourse entities that are introduced or implied by U. This selected set of entities in focus of attentions is what U is about and is called the topic of U. In the framework of this formal characterization the complementary notion of comment is characterized as that which is newly asserted of the topic of U.

(van Kuppevelt 1995, 112)

Essa definição de tópico, porém, não é suficiente para que se identifique o que é tópico e o que não é. Para diferenciar o tópico de outras entidades discursivas, o autor apresenta uma caracterização operacional dos tópicos. Ele assume a existência de uma relação entre a noção

de tópico comentário e a de perguntas – sejam elas implícitas ou explícitas – no discurso.

Assim, a (sub)questão  $Q_p$  que é respondida no discurso constitui um tópico  $T_p$ , que é o que está sendo questionado.  $T_p$  é um conjunto de entidades singulares ou plurais (ou até não-existentes) das quais uma é selecionada para responder a  $Q_p$ . O comentário  $C_p$  é fornecido por essa resposta e nomeia ou especifica a entidade em questão.

Da suposição delineada no parágrafo anterior surge um critério de seleção de entidades tópicas: de todas as entidades discursivas que são introduzidas ou implicadas por U, apenas os subconjuntos que se tornam sujeitos de questionamentos (implícitos ou explícitos) tem função tópica para o autor.

Após desenvolver e exemplificar casos de (sub)questões formando tópicos, van Kuppevelt lida com uma explicação de como a estrutura discursiva surge do processo de questionamento, seja ele implícito ou explícito.

No discurso expositório, o autor assume que se trata de um processo essencialmente de atribuição de tópico. Isso significa que o ouvinte atribui o tópico à sentença no discurso ao tomar as sentenças como sendo resposta a questões (sejam elas implícitas ou explícitas) formadoras de tópicos. Portanto, a interpretação do discurso é vista como sendo a reconstrução do processo de produção.

É possível, também, que uma questão seja derivada de uma questão QU- (ou *wh-question* em inglês). Neste caso, um constituinte QU- em uma questão definidora de tópico é substituído por um valor. Assim uma pergunta como (17) pode ter dois sentidos, dependendo da prosódia:

(17) Você é o Dr. Livingstone?

(Traduzido de van Kuppevelt, 1995)

Uma das possibilidades de interpretação, é de que alguém pretende descobrir quem é o Dr. Livingstone (Quem é o Dr. Livingstone?), formando a primeira pergunta definidora de tópico. Outra possibilidade é interpretar como alguém tentando descobrir quem é a pessoa com quem fala (Quem é você?), que indica a segunda pergunta definidora de tópico. Os tópicos de ambas

as leituras são idênticos aos das questões QU- das quais se originam, diferindo-se destas apenas pelo fato de que quem pergunta já sugere um valor, uma resposta, para o comentário.

O autor utiliza três parâmetros funcionais em sua proposta: os *feeders*, as questões constituintes de tópicos e as subquestões constituintes de subtópicos. Vejamos agora cada um deles:

Feeder é o que contextualmente induz (linguisticamente ou não) ao surgimento de questões que constituem tópicos. Quando se trata de um feeder linguístico, ele é uma unidade discursiva sem tópico, ou seja, uma única sentença, ou uma sentença cujo tópico não está mais proeminente no momento do questionamento, sendo que este último caso constitui o que van Kuppevelt denomina como um feeder em um sentido puramente técnico. Um exemplo de feeder linguístico é a sentença inicial do diálogo apresentado em (18):

(18) F<sub>1</sub> A: Ontem à noite uma bomba explodiu perto da Casa do Parlamento.

Q<sub>1</sub> B: Quem realizou o ataque?

A<sub>1</sub> A: Um grupo extremista estrangeiro bem conhecido mudou suas táticas e afirma ter realizado o ataque.

(Traduzido de van Kuppevelt 1995, 119)

A sentença F<sub>1</sub> serve como um feeder, assumindo-se que o discurso comece com um contexto chamado pelo autor de “vazio”, pois leva a uma indução contextual da pergunta explícita Q<sub>1</sub>. F<sub>1</sub> não possui tópico pois não constitui uma resposta para uma questão formadora de tópico.

Feeders não linguísticos são eventos que ocorrem, ou sobre o qual se pensa em uma situação de fala, e que são percebidos por pelo menos um dos participantes da conversação. Como exemplo, van Kuppevelt traz um evento auditivo ocorrido no contexto situacional em que o discurso é enunciado, como no caso de (19):

(19) F<sub>1</sub> “Bang”



Q<sub>1</sub> B: O que foi isso?

A<sub>1</sub> A: Bill está chegando em casa.

(Traduzido de van Kuppevelt 1995, 119)

Nesse caso, a questão Q<sub>1</sub> é contextualmente induzida a partir da percepção do barulho pelos falantes. Ainda, a sentença inicial pode não ser um feeder linguístico. Assim, é possível que a primeira sentença seja uma resposta a uma questão implícita induzida do contexto não-linguístico, caso em que ela também terá um tópico, porém, o autor se limita a trabalhar com os feeders do tipo linguístico. Um exemplo disso seria quando (19Q<sub>1</sub>) fosse uma pergunta implícita, caso em que (19A<sub>1</sub>) seria uma sentença inicial que não funciona como um feeder.

A função do feeder é a de iniciar (ou reiniciar) o processo de questionamento no discurso. Para que uma sentença (ou outra parte maior do discurso) seja um feeder, é necessário que ela gere um conjunto de indeterminações, ou o que o autor também chama de locais para perguntas. Assim, as perguntas que surgem tem por objetivo diminuir tais indeterminações.

A princípio, qualquer unidade do discurso pode funcionar como um feeder, uma vez que as questões que ela gere sejam novas, não restritas pelo discurso precedente, ou seja, uma vez que ela gere um novo tópico.

As questões (implícitas e explícitas) que constituem tópicos são aquelas que surgem como resultado de um feeder. Elas introduzem questionamentos no discurso que não dependem (hierarquicamente e funcionalmente) de outros questionamentos prévios. Assim sendo, os tópicos que elas constituem também são independentes de tópicos precedentes. Van Kuppevelt define tais questões como: “Uma questão implícita ou explícita Q<sub>p</sub> é uma questão constituinte de tópico se é perguntada como o resultado de um conjunto de enunciados anteriores que funcionam como feeder no momento da pergunta” (traduzido de van Kuppevelt 1995, 122).

Assim, perguntas como as Q<sub>1</sub> em (18) e (19) são exemplos de questões formadoras de tópicos. Outros exemplos são Q<sub>1</sub> até Q<sub>4</sub> em (20):

(20) F<sub>1</sub> A: Os estudantes não estão mais autorizados a levar mais de 6 anos na sua primeira graduação.

Q<sub>1</sub> B: De quem foi essa decisão?

A<sub>1</sub> A: Essa foi a decisão do ministro da educação e da ciência.

Q<sub>2</sub> B: Qual a razão para essa decisão?

A<sub>2</sub> A: Foi decidido para cortar drasticamente a verba da educação.

Q<sub>3</sub> B: Quando essa medida vai se tornar operativa?

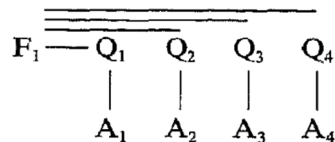
A<sub>3</sub> A: Essa medida vai se tornar operativa no início do novo ano acadêmico.

Q<sub>4</sub> B: Quais efeitos se espera que essa medida tenha?

A<sub>4</sub> A: Espera-se que nos próximos anos o número de estudantes diminua drasticamente.

(Traduzido de van Kuppevelt 1995, 122)

(20') Estrutura de perguntas e respostas:



(van Kuppevelt 1995, 122)

Em (20) todas as perguntas surgem do feeder F<sub>1</sub>. Em (20') apresenta-se a estrutura das perguntas e respostas do discurso, com todas as quatro perguntas surgindo diretamente do feeder, demonstrando sua linearidade e sua estrutura não-hierárquica, ou seja nenhuma questão surge da resposta de outra questão.

Quanto às subquestões constituintes de subtópicos, tratam-se de questões que não possuem status autônomo no discurso. Os questionamentos por elas introduzidos são hierarquicamente subordinados em suas funções aos questionamentos já introduzidos por questões anteriores.

Seu objetivo é alcançar respostas satisfatórias para as questões constituintes de tópicos. Geralmente tais subquestões surgem devido a respostas insatisfatórias para uma questão anterior. Quando as respostas para tais subquestões ainda não são satisfatórias, novas subquestões podem surgir, tanto hierarquicamente relacionadas à questão anterior, quanto a uma das subquestões anteriores.

(21) F<sub>1</sub> A: A Maria está preocupada.

Q<sub>1</sub> B: Por quê?

A<sub>1</sub> A: O João, marido dela, quer comprar um novo computador.

Q<sub>2</sub> B: Por que ela está preocupada com isso?

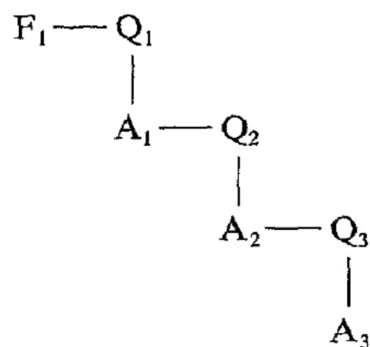
A<sub>2</sub> A: Ela está preocupada com isso porque ele não tem dinheiro suficiente, então ele pegou emprestado.

Q<sub>3</sub> B: Por que isso é um problema?

A<sub>3</sub> A: Porque ele já tem muitas dívidas.

(Traduzido de van Kuppevelt 1995, 124)

(21') Estrutura de perguntas e respostas



(van Kuppevelt 1995, 124)

No exemplo em (21), Q<sub>1</sub> não é satisfatoriamente respondida por A<sub>1</sub>. Devido a isso, a pergunta Q<sub>2</sub> surge, porém como novamente sua resposta A<sub>2</sub> não é satisfatória para Q<sub>1</sub>, nem

para  $Q_2$ , surge a pergunta  $Q_3$ . Finalmente,  $A_3$  responde satisfatoriamente (juntamente a  $A_1$  e  $A_2$ ) a pergunta  $Q_1$ . Nesse caso,  $Q_2$  é uma subquestão direta de  $Q_1$ , e  $Q_3$  é uma subquestão indireta de  $Q_1$ , pois trata-se de uma subquestão direta de  $Q_2$ , estando hierarquicamente subordinada a ela. Tal relação hierárquica pode ser visualizada em (21'). Cada subquestão constitui um subtópico ordenado sob o (sub)tópico anterior.

O autor define subquestões constituintes de subtópicos da seguinte forma: “Uma questão implícita ou explícita  $Q_p$  é uma subquestão constituinte de subtópico se é perguntada como resultado de uma resposta insatisfatória  $A_{p-n}$  à questão precedente  $Q_{p-n}$  com o objetivo de complementar  $A_{p-n}$  para gerar uma resposta satisfatória para  $Q_{p-n}$ ” (traduzido de van Kuppevelt 1995, 125).

Uma resposta pode ser insatisfatória qualitativamente ou quantitativamente. Uma resposta quantitativamente insatisfatória é quando nem todos os elementos do conjunto tópico definido pela questão foram especificados pela resposta. A subquestão surge, então, para completar quantitativamente a resposta. Porém, uma resposta insatisfatória qualitativamente é quando um ou mais de seus elementos precisam de elucidação, com a subquestão buscando completar qualitativamente a resposta anterior.

Van Kuppevelt divide as subquestões em dois tipos: as orientadas à adequação e as que resolvem discrepâncias. O primeiro tipo está relacionado a respostas insuficientes. Por outro lado, uma subquestão para resolver discrepâncias surge de uma suposta discrepância da resposta com o contexto informacional e/ou com o conhecimento de background já existente.

Após lidar com os três conceitos acima (feeder, questão constituinte de tópico e subquestão constituinte de subtópico), o autor passa a lidar com a noção de tópico discursivo, o definindo da seguinte forma: “Um tópico discursivo  $DT_i$  é definido pelo conjunto de todos os tópicos  $T_p$  que são constituídos como resultado de um único feeder  $F_i$ . Assim,  $DT_i$  é um conjunto de tópicos principais de alto ordenamento, geralmente compreendendo hierarquicamente tópicos inferiores” (traduzido de van Kuppevelt 1995, 137).

Pela definição, é possível que o tópico e o tópico discursivo coincidam, caso em que o feeder gera apenas um tópico, ou seja, o conjunto de tópicos possui um único elemento (como no caso do exemplo (21), em que apenas uma questão, com diversas subquestões, e um tópico é gerado). Quando, porém, o tópico discursivo consiste em um conjunto com mais de um

elemento, tal situação não ocorre (como no caso de (20) em que ocorrem 4 questões, todas elas constituindo tópicos próprios).

Van Kuppevelt faz, em seguida, uma distinção entre as noções de discurso preso e discurso livre (espontâneo). Um discurso preso é aquele cuja estrutura principal é determinada por um tópico discursivo, constituído em uma etapa no início do discurso. O discurso desenvolve-se desde o princípio preso programaticamente pelo conjunto de questões constituintes de tópicos definidas pelo tópico discursivo.

Por outro lado, o discurso livre configura-se quando sua estrutura é determinada por um conjunto contendo um ou mais tópicos discursivos, sendo produzidos em diversas etapas. O desenvolvimento de um discurso livre **não** é preso programaticamente por um único conjunto definidor de tópico discursivo formado por questões constituintes de tópico, surgidos em uma única etapa no início do discurso.

Com a distinção feita entre tópicos discursivos, tópicos e subtópicos, o autor alega que a hierarquia de tais elementos no discurso corresponde à hierarquia das unidades estruturais em que o discurso pode ser segmentado. Assim, tópicos discursivos dominam tópicos e subtópicos, e tópicos dominam subtópicos.

Por fim, van Kuppevelt discute como as mudanças de tópicos são realizadas em diferentes níveis estruturais e como o framework por ele proposto lida com tais mudanças. Uma mudança de tópico implica em uma transição de uma unidade discursiva para outra. Dois tipos de mudança de tópico são possíveis: mudanças sob o mesmo feeder e mudanças com feeders distintos. Apenas esta última gera uma mudança de tópico discursivo.

O primeiro tipo, as mudanças de tópico que ocorrem sob o mesmo feeder, surgem quando uma nova questão constituinte de tópico surge. O segundo tipo, mudanças de tópico que ocorrem com feeders sucessivos e podem se dividir em três tipos: mudanças de tópico associadas, mudanças de tópico não associadas e mudanças de tópico descendentes.

Uma mudança associada ocorre quando um novo feeder surge como, ou é provido por, uma parte precedente do discurso, como uma sentença que responde a uma questão. Por outro lado, uma mudança não associada resulta de um feeder introduzido “exteriormente”, como

quando algum barulho, pessoas falando ao redor, ou eventos geram a mudança, servindo como feeder. Finalmente, a mudança descendente ocorre quando há uma mudança de status, ou seja, um subtópico sob um tópico antigo se torna um novo tópico. Exemplos para os três casos estão presentes no texto de van Kuppevelt, porém não serão apresentados aqui, pois não consistem uma parte relevante para o restante do trabalho.

## 2.4 TÓPICO CONTRASTIVO, FOCO E ESTRATÉGIA EM BÜRING

Tópico contrastivo e foco são os elementos tratados no trabalho de Büring (2003). Com base em Jackendoff (1972, apud Büring 2003), ele identifica dois tipos de acentos em frases que apresentam contraste. Tais acentos são o de foco, que ele denomina acento A e que é marcado como uma queda na prosódia, e o de tópico contrastivo, denominado acento B e marcado como uma queda seguida por uma ascensão na prosódia. Os exemplos analisados para dar início ao trabalho são os presentes em (22B) e (23B):

(22) A: Well, what about FRED? What did HE eat?



B: FRED      ate      the      BEANS.

(Jackendoff 1972, apud Büring 2003, 511)

(23) A: Well, what about the BEANS? Who ate THEM?



B: FRED      ate the      BEANS.

(Jackendoff 1972, apud Büring 2003, 512)

É importante perceber que a colocação dos acentos na ordem B+A em (22B) e na ordem

A+B em (23B) não é aleatória, mas dependente de contexto, como o próprio Büring salienta. Uma inversão na ordem geraria problemas na adequação das respostas às perguntas com as quais estão relacionadas.

Ambas perguntas estão relacionadas com uma mesma pergunta maior – a QUD (do inglês *Question Under Discussion*) de Roberts (1996). A pergunta em questão é a apresentada em (24):

(24) Who ate what?

(Büring 2003, 513)

A QUD em questão pode, segundo Büring, ser tratada de duas formas distintas: a primeira é identificando o agente e fazendo subquestões do tipo “O que o Fred comeu? O que a Ana comeu?...”; a segunda é identificando-se o paciente e fazendo subquestões do tipo “Quem comeu os feijões? Quem comeu as cenouras?...”. Desta forma, o tópico contrastivo em questão sempre se referirá ao elemento já presente na subquestão, enquanto o foco marcará o elemento novo. Ao surgimento de tais subquestões, Büring denomina estratégias.

Entretanto, Büring admite que em tais casos, quando ocorrem como retratado em (25), a marcação do tópico contrastivo (o acento B) é opcional:

(25) Quem comeu o quê? (QUD)

O quê o FRED comeu? (subquestão)

O FRED comeu FEIJÕES. (acento B + acento A)

ou

O Fred comeu FEIJÕES. (acento A)

Embora a estratégia, que Büring aponta como sendo a razão para a marcação de tópico contrastivo, esteja presente, a marcação é opcional. Isso decorre do fato de que “Fred” é um elemento já conhecido no discurso. Para resolver isso, ele recorre à noção de “dado”, de

Schwarzchild em (26):

(26) Giveness:

Every constituent which is not Given needs to be marked.

(Schwarzchild 1999, apud Büring 2003, 527)

Ora, em (25) “Fred” é dado na subquestão, dessa forma, não sendo um elemento novo, ele não necessita de marcação, enquanto que “feijões” é introduzido apenas na resposta em ambos os casos, o que torna necessária sua marcação como foco. Porém, nem sempre a subquestão é dada de forma explícita. Um diálogo como em (27) tem de forma implícita (marcada pelos parênteses) a subquestão:

(27) Quem comeu o quê?

(O quê o Fred comeu?)

O FRED comeu FEIJÕES.

Entende-se que movimentos de subquestões implícitas não tornam o material (“Fred”, no caso) dado, assim quando ele ocorre na resposta, é necessariamente marcado.

Quanto à dualidade tópico contrastivo (CT)/foco (F), Büring analisa ainda a possível existência de quatro possibilidades lógicas: CT+CT, F+F, CT+F e F+CT. Como já vimos, as duas últimas ocorrem, como nos exemplos em (22B) e (23B). Quanto ao F+F, o autor traz o seguinte exemplo, em (28), para analisar:

(28) Q: Did Knut break up with Alessa?

A: No, ALESSA<sub>F</sub> broke up with KNUT<sub>F</sub>.

A': # No, ALESSA<sub>CT</sub> broke up with KNUT<sub>F</sub>.

A'': # No, ALESSA<sub>F</sub> broke up with KNUT<sub>CT</sub>.



(Büring 2003, 529)

A conclusão de Büring é a de que nenhuma estratégia envolvendo questões da forma “Com quem X terminou?” ou “Quem terminou com X?” irá de fato ajudar ou mesmo ser possível para ajudar a responder a pergunta em (28Q) com “Alessa terminou com Knut”, uma vez que o enunciado em (28A) é, nesse contexto, uma resposta completa para a pergunta. Ou seja, não é necessária, nem possível, a presença de subquestões, de uma estratégia, para responder à QUD em questão. Sem a presença de tal estratégia não há as condições necessárias para o uso de CT, fazendo com que apenas F possa ser possível em tal caso<sup>6</sup>.

Acompanhemos agora o raciocínio feito pelo autor em relação à sentença a seguir:

(29) a. What did the pop stars wear?

(What did the female pop stars wear?)

The FEMALE<sub>CT</sub> pop stars wore CAFTANS<sub>F</sub>.

b. What did the pop stars wear?

# (Which pop stars wore caftans?)

# The FEMALE<sub>F</sub> pop stars wore CAFTANS<sub>CT</sub>.

(Büring 2003, 530)

A estranheza em (29b) está relacionada com questões contextuais: exceto em um universo em que poucas opções de roupas estivessem disponíveis para cada pop star, seria inconcebível a formulação de uma subquestão como a que é apresentada, motivo pelo qual a estratégia que possibilitaria a presença de CT em caftans não surge, inviabilizando a marcação.

(29) c. Q: What did the pop stars wear?

A: # The FEMALE<sub>F</sub> pop stars wore CAFTANS<sub>F</sub>.

(Büring 2003, 531)

<sup>6</sup> Na realidade Büring não trata do fato de que aqui ambos os elementos marcados com F em (28A) são, na verdade, já dados pela pergunta em (28Q), o que aparentemente contradiz a noção de dado introduzida em (26). Para lidar com esse fato é necessária a introdução da noção de novo relacionalmente, a qual será introduzida mais adiante neste trabalho.

Em (29c), acima, temos a tentativa de responder à mesma questão sem o uso de uma estratégia, buscando responder à QUD de forma direta. Segundo Büring, os falantes de inglês tendem a achar tal sequência anômala, senão inaceitável. Disso, o autor conclui que, aparentemente, a possibilidade de resposta por meio de uma estratégia (CT+F) bloquearia a possibilidade de uma resposta sem o uso de uma estratégia (F+F), ainda que esta seja possível em outros contextos. Como nada parece explicar tal bloqueio, Büring apresenta um princípio para dar conta de tal situação, cuja tradução apresento abaixo:

(30) Se um constituinte precisa ser marcado por Givenness, a marcação de CT é preferível à marcação de F, quando possível.

(Traduzido de Büring 2003, 531)

Para justificar tal princípio, ele busca a ideia de Schwarzschild (1999, apud Büring 2003) de que F é geralmente evitado quando não for estritamente necessário.

Quanto à existência de marcação CT+CT, Büring aponta a possibilidade de que em inglês haja tais casos, porém evita entrar em detalhes, deixando a questão aberta para futuras pesquisas.

Por fim, trato agora da ideia apresentada ao final do artigo. Segundo ele, o foco sempre marca um elemento novo, não dado, enquanto o tópico contrastivo apenas secundariamente marca esse elemento novo, seu principal objetivo sendo o de indicar uma estratégia. Dessa forma, surge a possibilidade de separar as duas coisas, dizendo que apenas o foco marca a novidade, enquanto o tópico contrastivo é adicionado sobre o foco para indicar a presença da estratégia. Dessa forma teremos uma estrutura como em (31):

(31) Q: Who ate what?

A: [[FRED]<sub>F</sub>]<sub>CT</sub> ate the BEANS<sub>F</sub>.

(Büring 2003, 535)

Para defender a possibilidade de que esta ideia esteja correta, Büring apresenta dois argumentos.

O primeiro argumento é que dentro de um foco mais longo, os seus sub-constituintes devem permanecer sem elevação da prosódia, uma vez que o acento de foco deve ocorrer *apenas* nos elementos não-dados. O mesmo, segundo ele, ocorre em tópicos contrastivos, como pode ser verificado em (32):

- (32) Q: Where will the guests at Ivan and Theona's wedding be seated?  
 (SQ1: Where will friends and relatives of the couple sit?)  
 A1: [FRIENDS and RELATIVES of the couple]<sub>CT</sub> will sit [at the TABLE]<sub>F</sub>.  
 (SQ2: Where will reporters sit?)  
 A2: [REPORTERS]<sub>CT</sub> have to sit [in the BACK]<sub>F</sub>.  
 (Büring 2003, 536)

No caso de A1, o tópico contrastivo é todo o NP e surge para indicar a estratégia representada pela SQ1, “Onde X do casal vai sentar?”. Nesse caso, o casal é dado em Q, como “Ivan and Theona” e por isso, é não acentuado em A1. Isso reforça a ideia de que tópico contrastivo é algo adicionado além do foco pois pode ser entendido como em (33):

- (33) [FRIENDS<sub>F</sub> and RELATIVES<sub>F</sub> of the couple]<sub>CT</sub>  
 (Büring 2003, 536)

Se o substantivo “couple” fosse marcado com foco prosódico a leitura estaria incorreta, uma vez que, como dito, ele já está dado pela pergunta e, por isso, ocorre não acentuado.

A segunda evidência de que Büring trata examina a mesma frase com mais detalhes fonológicos, explicando que acentos de tópico ocorrem dentro do acento de tópico contrastivo nas palavras antes marcadas como foco, “friends” e “relatives”. Como o objetivo do presente trabalho não está relacionado com tais propriedades fonológicas, não entrarei em detalhes sobre a explicação.

## 2.5 ESTRUTURA INFORMACIONAL E SINTAXE NÃO-CANÔNICA EM WARD & BIRNER

Ward e Birner (2004) afirmam que os falantes utilizam estrutura sintáticas não-canônicas para marcar o status informacional de determinados elementos da proposição, facilitando o seu processamento. Assim, a escolha do falante ajuda a estruturar informacionalmente o discurso. Para lidar com tal estruturação, eles apresentam a divisão de Prince (1992, apud Ward & Birner 2004) entre status discursivo e status para o ouvinte, além de também mencionar a noção de peso formal e de saliência de uma “proposição aberta” particular no discurso (por proposição aberta os autores entendem proposições que contém um elemento subespecificado, ou seja uma parte da proposição ainda não definida, a ser complementada em um próximo momento).

Muitas línguas, entre elas o inglês (e, embora os autores não citem, o português), tendem a utilizar o princípio de novo/velho para estruturar o discurso, colocando geralmente o que já se conhece antes do conteúdo assumido como novo para o ouvinte. Porém, nem todas as estruturas que levam em conta esse princípio o fazem em relação ao status para o ouvinte. Algumas estruturas levam em conta se o conteúdo em questão é novo ou velho no discurso.

Além da noção de novo/velho (no discurso ou para o falante), a noção de proposição aberta, aquela em que um constituinte é deixado aberto (subespecificado), como já foi dito acima, pode ser importante para algumas construções. Assim, temos o exemplo em (34):

- (34) a. Onde estão suas luvas?  
 b. Suas luvas estão em X:  $X \in \{\text{lugares}\}$

(Traduzido de Ward & Birner 2004, 156)

Ao se perguntar a alguém sobre a localização das luvas, evoca-se a proposição de que elas estejam em algum lugar, ou seja, em um membro do conjunto de lugares. Ainda, sentenças declarativas também podem fazer surgir proposições abertas, como no exemplo (35):

- (35) a. Eu encontrei suas luvas.
- b. Eu encontrei X: X  $\in$  {objetos}
- c. X: X  $\in$  {pessoas} encontrou suas luvas
- d. Eu fiz X: X  $\in$  {atividades}

(Traduzido de Ward & Birner 2004, 156)

Como se pode ver, ao dizer-se que se encontrou as luvas em questão, tornam-se salientes as noções de “eu encontrei algo”, de que “alguém encontrou suas luvas” e de que “eu fiz alguma coisa”, entre outras.

Ainda, muitas construções são sensíveis ao peso formal de seus constituintes. Isso significa dizer que, assim como informações mais novas tendem a aparecer por último na sentença, o mesmo ocorre com constituintes mais longos, ou sintaticamente mais complexos. Para os autores, ambos os fenômenos estão relacionados. Uma informação já evocada pode ser identificada, normalmente, com sintagmas mais curtos, chegando inclusive a pronomes ou a argumentos nulos. Da mesma forma, informações novas necessitam de uma realização linguística mais longa ou complexa para que o ouvinte possa construir o referente discursivo apropriado. Como consideram que a noção de peso formal é tangencial à estrutura informacional, os autores decidem por não lidar com ela no texto em questão.

Os fenômenos sob os quais se debruça o texto são elementos prepostos (*preposing*), elementos deslocados à esquerda (*left-dislocation*), elementos pospostos (*postposing*), elementos deslocados à direita (*right-dislocation*) e inversões, no caso, passivação com *por* (*by*, em inglês) e inversão sintática. Veremos agora cada um dos casos.

O termo *preposing* refere-se a sentenças em que um constituinte sintagmático lexicalmente governado, ou subcategorizado, aparece à esquerda de sua posição canônica, geralmente no início da sentença. O fenômeno pode ocorrer com os mais diversos sintagmas. Para ilustrar, abaixo trago o exemplo de sintagma verbal apresentado pelos autores:

(36) VP

They certainly had a lot to talk about and talk they did.

(The New Republic, 4/23/84, apud Ward & Birner 2004, 159)

No caso em (36) – e nos demais casos por eles apresentados, com exemplos de sintagmas nominal, preposicional e adjetivo – um único argumento (no caso, *talk*) é preposto e, assim, é marcado como informação velha. Mais ainda, para que o preposing seja feliz é necessário que a informação transmitida pelo elemento em questão constitua um link anafórico velho no discurso precedente.

A forma como essa relação ao discurso precedente ocorre pode variar. Alguns exemplos trazidos pelos autores são relação de tipo/subtipo, de entidade/atributo, de parte/todo, de identidade, etc. Itens organizados dessa forma são chamados de conjuntos parcialmente ordenados, ou posets (do inglês, *partially ordered sets*). Para ilustrar a situação, vejamos o exemplo a seguir:

(37) *Cliente*: Você pode me dar uma rosquinha?

*Garçonete*: Não, lamento. Estamos sem rosquinhas. Um muffin eu posso lhe dar.

(Traduzido de Ward & Birner 2004, 159)

No caso em (37), o link *muffin* e o item anteriormente evocado *rosquinhas* estão em uma relação de poset como membros alternativos de um poset inferido {alimentos assados para o café da manhã}.

*Preposing* também envolve a noção de foco/pressuposição, com uma proposição aberta saliente ou inferível no discurso. Com relação à entonação e à estrutura informacional, os autores classificam o preposing em dois tipos: proposição de foco e topicalização. No primeiro, o elemento preposto contém o foco do enunciado, carregando o acento nuclear e mantendo o resto sem acento. No segundo caso, outro elemento que não o foco é preposto, fazendo com que o enunciado contenha mais de um acento: pelo menos um no constituinte preposto e pelo menos um no foco. Em ambos os casos, porém, uma proposição aberta saliente ou inferível é

necessária no momento do enunciado para que o preposing seja feliz.

Em (38) temos um exemplo de foco preposto:

(38) Colonel Kadafy, you said you were planning on sending planes – M-16s I believe they were – to Sudan.

(Peter Jennings em ABC's “World News Tonight”, apud Ward & Birner 2004, 160)

Neste caso, o constituinte *M-16s* contém o acento nuclear que o identifica como o foco do enunciado. O mesmo constituinte serve como link para o discurso precedente, sendo um membro do poset {aeronaves militares}, inferível do discurso quando se pergunta ao coronel sobre o envio de aeronaves. O poset que ancora o preposing é velho no discurso, porém o constituinte preposto em si representa informação nova.

O foco na topicalização, porém, não ocorre no constituinte preposto, mas em outra parte do enunciado. Vejamos o exemplo em (39) apresentado pelos autores:

(39) G: Do you play football?

E: Yeah. Baseball I like a lot BETTER.

(G. McKenna to E. Perkins em conversa, apud Ward & Birner 2004, 161)

Em (39), o advérbio *better* serve como foco, não o elemento preposto *baseball*. Este último servindo como link para o poset {sports}, cuja inferência surge da menção a outro membro do poset, *football*. Aqui temos *baseball* também acentuado devido à sua ocorrência separado da frase entoacional, segundo os autores.

Em contra partida, o fenômeno de left-dislocation difere-se do preposing pela presença de um pronome correferencial na posição canônica do constituinte deslocado.

(40) One of the guys I work with, he said he bought \$100 in Powerball tickets.

(JM para WL, em conversation, apud Ward & Birner 2004, 162)

No exemplo em (40), o pronome sujeito *he*, que é correferencial com o constituinte que inicia a sentença, aparece na posição canônica do sujeito. Diferentemente do preposing, neste caso não há uma posição argumental “vazia”.

Como vimos, o constituinte preposto no preposing representa informação velha no discurso. Com o left-dislocation, porém, pode-se envolver constituintes novos no discurso, ou até novos para o ouvinte, como no exemplo acima, em que o homem em questão está sendo mencionado pela primeira vez e, portanto, não é link para o discurso anterior.

Os dois fenômenos discutidos acima posicionam constituintes deslocados no início da sentença. Enquanto o preposing coloca informação relativamente familiar em posição pré-verbal, o fenômeno de postposing preserva a estrutura de “velho antes de novo” na estrutura informacional colocando a informação relativamente não-familiar em posição pós-verbal. Assim, quando a ordem de palavras canônica colocaria a nova informação na posição de sujeito, postposing permite colocar, ao invés disso, tal informação no final da oração, onde se espera que a nova informação esteja.

Ward e Birner discutem a forma como o postposing efetua tal mudança através de três fenômenos: o *there* existencial, o *there* presentacional e a extraposição. Os exemplos em (41a) e (41b) exemplificam respectivamente casos de *there* existencial e de *there* presentacional:

(41) a. In Ireland'd County Limerick, near the River Shannon, there is a quiet little suburb by the name of Garryowen, which means “Garden of Owen”.

(Brown Corpus, apud Ward & Birner 2004, 163)

b. After they had travelled on for weeks and weeks past more bays and headlands and rivers and villages than Shasta could remember, there came a moonlit night when they started their journey at evening, having slept during the day.

(C. S. Lewis, *The Horse and His Boy* 1954, 23, apud Ward & Birner 2004, 163)

Em ambos os exemplos, um *there* não-referencial ocorre na posição de sujeito, enquanto



que o sintagma que canonicamente ocuparia tal posição aparece após o verbo. A diferença entre as duas frases (e entre os casos de *there* existencial e *there* presentacional) é que no primeiro caso, no existencial, o verbo é *be* (ser, estar), enquanto no segundo caso, no presentacional, é outro verbo que não o *be* que ocorre, no exemplo *came* (vir). Embora seja possível uma segunda leitura de (41a) em que *there* seja referencial, o caso ao qual eles limitam sua análise aqui é o do *there* não-referencial, que caracteriza o postposing.

Em ambos os exemplos, a informação nova que seria apresentada em posição inicial é movida para após o verbo, preservando a ordem informacional de “velho antes de novo”, que seria violada caso a ordem canônica fosse mantida. As estratégias, porém, são levemente distintas: enquanto o caso existencial requer que o sintagma movido represente informação nova para o ouvinte, o presentacional exige apenas que o constituinte seja novo no discurso. Vejamos o exemplo em (42) para ilustrar o caso:

- (42) a. As soon as he laughed, he began to move forward in a deliberate way, jiggling a tin cup in one hand and tapping a white can in front of him with the other. Just behind him there came a child, handing out leaflets

(Flannery O'Connor, *Wise Blood* 1952, apud Ward & Birner 2004, 164)

- b. ... Just behind him there came the mayor, handing out leaflets.

(Ward & Birner 2004, 164)

Tanto em (42a), que apresenta informação nova para o ouvinte, quanto em (42b), que apresenta informação velha para o ouvinte, pois sabe-se que cidades têm prefeitos, são aceitáveis, pois em ambos casos são entidades novas no discurso. Se, porém, o discurso for alterado como proposto por eles para (43), o uso presentacional não é feliz, pois aqui o NP *the mayor* já é velho no discurso o que impossibilita seu uso com *there* presentacional:

- (43) As they laughed, John and the mayor began to move forward in a deliberate way. John jiggled a tin cup in one hand and tapped a white cane in front of him with the other. #Just behind him there came the mayor, handing out leaflets.

(Ward & Birner 2004, 164)

Por fim, a leitura existencial apresentada em (44) é infeliz pelo fato do sintagma deslocado ser novo no discurso, porém velho para o falante:

(44) As soon as he laughed, he began to move forward in a deliberate way, jiggling a tin cup in one hand and tapping a white cane in front of him with the other. #Just behind him there was the mayor, handing out leaflets.

(Ward & Birner 2004, 165)

O último caso de postposing de que os autores tratam é a extraposição. Na extraposição, uma oração subordinada é posposta de sua posição de sujeito, que é preenchida por um *it* não-referencial. O exemplo em (45) apresenta uma sentença em sua ordem canônica, enquanto (46) a apresenta com a extraposição:

(45) That a bloodthirsty, cruel capitalist should be such a graceful fellow was a shock to me.

(Davis, *The Iron Puddler*, apud Ward & Birner 2004, 166)

(46) It was a shock to me that a bloodthirsty, cruel capitalist should be such a graceful fellow.

(Ward & Birner 2004, 166)

Extraposição, como apresentada acima, busca preservar a ordem “velho antes de novo” no discurso. Ward e Birner apontam que Miller (2001, apud Ward & Birner 2004) demonstra que a variante que mantém a ordem canônica só é feliz quando a oração subordinada subjetiva apresenta informação familiar. Se, por outro lado, a informação for nova, deve ocorrer a extraposição.

Paralelamente à postposing temos o fenômeno denominado right-dislocation. Ambos são funcionalmente diferentes, embora envolvam o deslocamento de informação para a direita de onde canonicamente apareceria na oração. Enquanto no preposing tratamos de elementos novos (no discurso ou para o ouvinte, dependendo do caso), right-dislocation não possui tal exigência.

(47) Below the waterfall (and this was the most astonishing sight of all), a whole mass of enormous glass pipes were dangling down into the river from somewhere high up in the ceiling! They really were ENORMOUS, those pipes. There must have been a dozen of them at least, and they were sucking up the brownish muddy water from the river and carrying it away to goodness knows where.

(R. Dahl, *Charlie and the Chocolate Factory* 1964: 74-5, apud Ward & Birner 2004, 168)

Como no caso de left-dislocation, temos aqui a presença de um pronome referencial ocupando a posição que seria canonicamente ocupada pelo elemento deslocado, diferenciando a forma de right-dislocation da de postposing, que sempre introduz um elemento não-referencial. No exemplo em (47) os canos (pipes) mencionados já estão explicitamente evocados na sentença anterior, sendo velho para o ouvinte e velho no discurso. Na verdade, como podemos ver em (48), a noção de velho no discurso é um requerimento para que possa ocorrer right-dislocation:

(48) Below the waterfall (and this was the most astonishing sight of all), a whole mass of enormous glass pipes were dangling down into the river from somewhere high up in the ceiling! #They really where ENORMOUS, some of the boulders in the river.

(Ward & Birner 2004, 168)

Neste novo exemplo, o NP deslocado apresenta informação nova no discurso e a sentença não é feliz. Como se pode notar, nenhum dos requerimentos de postposing se preserva em casos de right-dislocation.

Por fim, veremos os casos de inversão. O primeiro destes a ser desenvolvido pelos autores é o de passivação com *by* em inglês, equivalente à voz passiva do português em que o agente é colocado ao final, com a proposição *por*. Os autores restringem sua análise aos casos em que o sujeito lógico é colocado no sintagma com *by*.

(49) The mayor's present term of office expires January 1. He will be succeeded by Ivan Allen Jr. ...

(Brown Corpus, apud Ward & Birner 2004, 169)

Por se tratar de uma inversão de argumentos, este tipo de passivação exige que a informação representada pelo sujeito sintático (no caso *he*, referindo-se ao prefeito) seja pelo menos tão familiar no discurso quando a informação do sintagma com *by*. Quando tal não acontece o resultado é infeliz, como se pode ver comparando (50), abaixo, com (49):

(50) Ivan Allen Jr. will take office January 1. #The mayor will be succeeded by him.

(Ward & Birner 2004, 170)

Como no exemplo acima a informação representada por *the mayor* é nova no discurso, enquanto *him* (Ivan Allen Jr.) é uma informação já velha no discurso, a frase resultante é infeliz.

Por fim, Ward e Birner lidam com o que denominam simplesmente inversão (*inversion*). Como no caso das orações passivas apresentado acima, o sujeito lógico das inversões aparece após o verbo, enquanto outro constituinte, canonicamente posicionado após o verbo, aparece na posição pré-verbal. O mais comum é que o elemento preposto represente informação velha no discurso, enquanto o elemento posposto representa informação nova no discurso, como no exemplo abaixo:

(51) We have complimentary soft drinks, coffee, Sanka, tea, and milk. Also complimentary is red and white wine. We have cocktails available for \$2.00.

(Comissário de bordo da Midway Airlines, apud Ward & Birner 2004, 171)

Do corpus por eles estudado, de mais de 1700 tokens, 78 por cento exibiam tal distribuição em que a informação nova ocorria no final, sem nenhuma ocorrência do caso contrário, ou seja, um elemento novo no discurso e preposto com um elemento velho no discurso posposto. Quanto aos outros 22 por cento, os autores não especificam quais foram as situações que

ocorreram. A informação que era apenas inferível comportava-se como velha no discurso, ocorrendo nos mesmos contextos que informação explicitamente evocada. Além disso, quando ambas as informações, a posposta e a preposta, eram velhas no discurso, a informação apresentada mais recentemente era tratada como mais familiar, mais saliente, do que a informação mencionada menos recentemente.

## 2.6 NOÇÕES RELACIONAIS E REFERENCIAIS EM GUNDEL & FRETHEIM

Gundel e Fretheim (2004) começam o trabalho mencionando a diferença entre predicado gramatical de uma sentença e seu predicado lógico, como proposto por Chao (1968, apud Gundel & Fretheim 2004), indicando que ambos nem sempre coincidem. Não só os trabalhos de Chao, mas também a tradição ocidental tem trabalhado a diferença entre sujeito e predicado da sentença e sujeito e predicado da estrutura do significado, sua estrutura informacional, que pode ser reconstituída até os trabalhos de Gavelentz (1868, apud Gundel & Fretheim 2004) e Paul (1880, apud Gundel & Fretheim 2004), que usavam os termos sujeito e predicado psicológicos. Outros trabalhos, como o de Firbas (1966, apud Gundel & Fretheim 2004) e Chomsky (1971, apud Gundel & Fretheim 2004), entre tantos outros, são citados pelos autores como sendo de grande influência até os dias de hoje. De forma geral, os autores utilizam o termo foco de forma similar ao que Chao denominou predicado lógico e o termo tópico como o complemento do foco. Assim, tópico é sobre o que a sentença diz, enquanto foco é o predicado do tópico.

Para entender melhor as noções de tópico e foco, Gundel e Fretheim tratam das distinções entre novo e velho referencialmente e novo e velho relacionalmente. A primeira das duas envolve a relação entre uma expressão linguística e uma entidade não-linguística que corresponda a ela na mente do falante e do ouvinte, ou no discurso, ou ainda em algum mundo real ou possível. Em (52) temos uma hierarquia do quão novo uma entidade mencionada na sentença pode ser referencialmente:

(52) Hierarquia novo-velho:

em foco > ativado > familiar > unicamente identificável > referencial > tipo identificável

(Traduzido de Gundel et al. 1993, apud Gundel & Fretheim 2004, 177)

A segunda noção, novo e velho relacionalmente, envolve uma partição da representação semântico/conceitual de uma sentença em duas partes complementares, X e Y. X é o que a sentença é sobre (ou o sujeito lógico/psicológico), enquanto que Y é o que se predica de X (ou o predicado lógico/psicológico). A noção de novo e velho nesse caso refere-se a que X é dado em relação a Y independentemente do que é predicado em Y. Por outro lado, Y é novo em relação a X por ser informação que é assertada, questionada, etc. sobre X. Tal noção relacional reflete a forma pela qual o conteúdo informacional de um evento ou estado particular de eventos expresso pela sentença é representado e como seu valor de verdade deve ser acessado. As noções de tópico e de foco que os autores utilizam estão relacionadas respectivamente às noções de velho e novo relacionalmente.

É importante ressaltar que novo e velho referencialmente e novo e velho relacionalmente são noções logicamente independentes. Isso pode ser visto no exemplo abaixo (traduzido de Gundel 1980, apud Gunde & Fretheim 2004, 177):

(53) A: Quem ligou?

B: Pat disse que ELA ligou.

Na leitura de (53) em que “ela” é usado para se referir a Pat, o pronome é um elemento referencialmente velho, dado, em qualquer sentido possível. Porém, o sujeito da oração subordinada do exemplo é relacionalmente novo, recebendo um acento focal. O papel na estrutura informacional de “ela” é identificar a variável aberta na parte tópica (na denominação dos autores) da sentença, ou seja, *x ligou*, o que torna a informação em “ela” nova relacionalmente.

A noção relacional é tida por eles como uma propriedade apenas de representações linguísticas, ou seja, dos significados associados com as sentenças, a noção referencial não é

entendida como uma noção linguística. Assim, estímulos não linguísticos podem ser caracterizados como em foco ou não, familiar ou não, ou específico ou não, relações ligadas à noção referencial. Por outro lado, relações ligadas à noção relacional, como a participação tópico/foco, aparecem apenas para expressões linguísticas, como sentenças ou enunciados e suas interpretações. Além disso, noções como tópico e foco podem ser limitadas ou influenciadas pelo contexto discursivo, porém não são unicamente determinadas por ele, o que ocorre com noções como familiar ou em foco, em que o conhecimento e atenção do ouvinte em determinado momento do discurso são cruciais.

Vejamos agora os exemplos em (54), traduzidos de Sgall et al. (1973, 12, apud Gundel & Fretheim, 2004, 178):

- (54) a. Ontem foi o último dia da Copa Davis, com a partida entre Austrália e Romênia.
- b. A Austrália venceu a partida.
- c. A partida foi vencida pela Austrália.

Tanto a sentença em (54b) quanto a sentença em (54c) poderiam seguir (54a). Ambas podem ter a interpretação em que o tópico seja a Copa Davis, ou em que toda a sentença seja um comentário sobre um tópico não expressamente representado na sentença. (54b) pode ainda ser interpretada como um comentário sobre a Austrália, enquanto (54c) pode ser interpretada como um comentário sobre a partida. A interpretação pretendida depende, para Gundel e Fretheim, do interesse e da perspectiva do falante.

A noção de que pares de pergunta/resposta são contextos linguísticos que geralmente determinam uma única estrutura de tópico e foco possível é motivo pelo qual tendem a funcionar como um dos mais confiáveis testes conceituais para os conceitos relacionais de novo e velho. Assim, no exemplo em (55) (traduzido de Gundel & Fretheim 2004, 178) a primeira resposta oferecida em (55b) é julgada como apropriada para a pergunta em (55a), pois o acento prosódico proeminente (representado por versalete) é consistente com a interpretação na qual o tópico é contra quem o Red Sox jogou, e o foco está em os Yankees. Por outro lado, (55c) apresenta um acento prosódico que requer que se interprete o tópico

como quem jogou contra os Yankees, o que não é uma boa resposta para (55a).

(55) a. Contra quem o Red Sox jogou?

b. O Red Sox jogou contra os YANKEES.

c. # O RED SOX jogou contra os Yankees.

Por um lado, afirma-se que o foco, que é relacionalmente novo, pode ter uma parte de material com um elevado nível de informação referencialmente velha, ou dada. Por outro, os autores defendem que a noção de tópico apresenta fortes evidências empíricas para uma conexão com algum nível de referencialmente dado. Alguns dos fatos relacionados com essa ideia de que o tópico seja referencialmente dado de alguma forma estão relacionados com o efeito de “definitude” ou “pressuposição” dos tópicos. Exemplos do japonês e do coreano são muito utilizados para ilustrar o caso, sendo que no japonês ocorre que com o marcador *ga*, utilizado para indicar o nominativo, o sujeito e o objeto podem ter uma leitura que seja definida ou indefinida. Por outro lado, o uso do marcador tópico *wa* permite apenas a leitura definida. O exemplo em (56), traduzido de Gundel e Fretheim (2004, 179) ilustra o caso:

(56) a. Neko ga kingyo o ijit-te...

gato NOM peixe-dourado OBJ brincar com-e

“O/Um gato está brincando com o/um peixe-dourado e...”

b. Neko wa kingyo o ijit-te...

gato TOP peixe-dourado OBJ brincar com-e

“O/\*Um gato está brincando com o/um peixe-dourado e...”

Outros fatores, como o fato de construções prototipicamente de tópico-comentário terem o sintagma topicalizado à esquerda como definido também são utilizados para demonstrar a



relação entre tópico e referencialmente dado, como no exemplo em (57), traduzido de Gundel e Fretheim (2004, 180):

(57) Minha irmã, ela é uma professora de ensino médio.

Após ter lidado com a noção de tópico e sua relação com relacionamente velho, Gundel e Fretheim partem para uma diferenciação entre foco informacional e foco contrastivo.

Para os autores, a noção de foco informacional é, como já dito, relacional, indicando um elemento novo, algo que é predicado sobre o tópico. A noção de foco contrastivo, por outro lado, é tida por eles como uma noção referencial, como material para o qual o falante chama a atenção do ouvinte, evocando o contraste com outras entidades que poderiam estar na mesma posição.

Ambos os tipos de foco são codificados por alguma proeminência linguística nas mais diversas línguas. Geralmente o foco informacional recebe uma marcação prosódica por ser a principal predicação expressa na sentença, ou seja, por ser a informação nova quanto ao tópico. Tipicamente o foco informacional equivale ao que é questionado ou oferecido como resposta antes da sentença alvo.

A marcação prosódica, porém, não serve apenas para identificar a nova informação. Por exemplo, a (re)introdução de um tópico (ou mudança de tópico) pode ser marcada prosodicamente. No exemplo em (58) temos marcação tanto no foco informacional quanto no tópico (para os autores, *o curry* e *Bill*, respectivamente):

(58) A: Quem fez toda essa comida deliciosa?

B: BILL fez o CURRY.<sup>7</sup>

Em casos como esse, os autores afirmam que uma das marcações prosódicas recai sobre o

---

<sup>7</sup> Este exemplo é melhor analisado na teoria de Büring (2003), vista anteriormente, em que um dos elementos, o tópico contrastivo, recebe um acento B, indicando a presença de uma estratégia, enquanto o outro elemento, o foco, recebe o acento A, indicando resposta. O exemplo e a análise são similares ao exemplo dado na seção referente ao trabalho de Büring.

foco informacional e a outra sobre o tópico contrastivo. De acordo com Gundel (1999a, apud Gundel & Fretheim 2004), quando um único elemento é marcado prosodicamente, tal elemento é o foco informacional. Isso se deve pelo fato de que todas sentenças devem ter um foco informacional, mas nem todas sentenças precisam de um foco contrastivo, que seria determinado pela intenção do falante de afetar a atenção do ouvinte em determinado ponto do discurso. Eles ainda mencionam Büring (1999, apud Gundel & Fretheim 2004), que afirma que uma proeminência prosódica, em constituinte, corresponde ao tópico em alguns contextos discursivos. Assim, Büring restringiria o termo tópico para constituintes prosodicamente marcados.

Outra forma de marcação que, para os autores, pode indicar foco contrastivo e foco informacional é colocar o constituinte em questão em uma posição sintaticamente relevante. Eles ainda ressaltam que isso tem levado a alguma confusão na literatura, pois o termo “topicalização” tem sido utilizado para marcar a preposição de tópico (focalizado contrastivamente) e a preposição de foco informacional.

O fato de que existe uma relação entre proeminência prosódica e foco tem sido demonstrado em diversas línguas, sendo considerado pelos autores como um provável fator universal. Entretanto, algumas línguas não diferenciam a marcação de foco informacional da de foco contrastivo (incluindo aqui a noção de tópico contrastivo) na prosódia. Por exemplo, em finlandês, de acordo com Vallduví e Vilkuna (1998, apud Gundel & Fretheim 2004), a ideia de contraste e a de foco informativo são associadas com um acento único, com a distinção entre ambos sendo feita sintaticamente. Ainda, para Fretheim (1987, 1992a, 1992b, 2001, apud Gundel e Fretheim 2004) um único acento é utilizado para foco e para tópico em norueguês. Desta forma, quando duas unidades apresentam proeminência prosódica, qualquer um deles poderia ser o foco informacional. Em (59) vemos um exemplo traduzido do apresentado por Gundel e Fretheim (2004, 1983) em que tanto o sujeito, quanto o objeto direto apresentem proeminência prosódica, a sentença poderia ser tanto sobre Fred, quanto sobre os feijões. Apenas a pragmática possibilita uma inferência sobre qual dos elementos representa o foco e qual representa o tópico:

(59) FRED spiste BØNNENE

Fred comeu os feijões

“Fred comeu os feijões”.

Em outras línguas, como o inglês (o português sendo similar) o foco informativo e o foco contrastivo são representados por acentos distintos. No caso do inglês o foco informacional é codificado pelo que Bolinger (1961, apud Gundel & Fretheim 2004) e Jackendoff (1972, apud Gundel & Fretheim 2004) denominam acento A (o que representa um tom H\*). Por outro lado, o tópico contrastivo do inglês (e, segundo eles, possivelmente o contraste em geral) é marcado pelo que Bolinger e Jackendoff chamaram de acento B (ou o tom complexo L + H\*). Para Gundel e Fretheim, os elementos dentro do domínio prosódico do tom H\* são parte do foco, enquanto que os elementos fora de tal domínio são parte do tópico. O foco informacional pode ainda se projetar para constituintes mais altos por meio do que eles denominaram ambiguidades entre tópico e foco. É graças a isso que a sentença em (55b) é uma resposta adequada para a pergunta em (55a), assim como também serve de resposta para “*O que aconteceu com os Yankees?*”, em que todo o VP é focal, e também de resposta para “*Aconteceu algo de interessante hoje?*”, em que toda a sentença é focal. Por outro lado, (55c), que tem o acento H\* em “*O Red Sox*”, serve apenas de resposta para perguntas que exijam somente o sujeito como foco, a chamada interpretação de foco restrito.

A marcação sintática do foco e do tópico ocorre principalmente quando um constituinte é deslocado de sua posição canônica em uma oração, para ocupar uma posição sintaticamente mais prominente. Os autores trazem os exemplos do inglês em (60b–d):

- (60) a. Fred ate the beans.  
 b. The beans, Fred ate.  
 c. It was the beans that Fred ate.  
 d. The beans, Fred ate them  
 e. Fred ate them, the beans.

(Gundel & Fretheim 2004, 185)

A relação de tópico e foco com a estrutura sintática superficial, entretanto, não é simples, nem direta entre uma estrutura e uma interpretação tópico/foco, seja em uma única língua, ou

entre diversas. Por exemplo, em (60b) o constituinte deslocado “the beans” pode indicar tanto um tópico contrastivo (respondendo, por exemplo, a *What about the beans? Who ate them?*), quanto um foco informacional (respondendo, por exemplo, a *What did Fred eat?*). Em inglês, a diferença poderia ser notada pelo acento que fosse colocado no constituinte. Porém, em línguas como o finlandês e o norueguês, por exemplo, isso não resolveria o caso.

O exemplo em (60c), com um acento H\* em *beans* seria uma resposta apropriada para *What did Fred eat?*, por exemplo. Porém, para *Who ate the beans?* essa seria uma resposta inaceitável, assim como o seria para *Can you tell me something about the beans?*. Um elemento clivado, como é o caso de *It was the beans* em (60c), não necessariamente codifica foco informacional. Também uma oração clivada não necessariamente codifica o tópico. Em inglês, e possivelmente em português, o acento H\* pode estar localizado no restante da oração clivada. Quando o foco informacional é toda a sentença, ele inclui tanto a oração clivada, quanto o elemento clivado, como é o caso em (61):

(61) [Begining of a newspaper article] **It was just about 50 years ago that Henry Ford gave us the weekend.** On September 25, 1926, in a somewhat shocking move for that time, he decided to establish a 40-hour work week, giving his employees two days off instead of one. (ênfase do autor)

(Philadelphia Bulletin, citado em Prince 1978, apud Gundel & Fretheim 2004, 186)

Ainda é possível que o foco informacional inclua apenas o material dentro da oração, enquanto o constituinte clivado refere ao tópico, como em (62):

(62) The federal government is dealing with AIDS as if the virus was a problem that didn't travel along interstate highways and was none of its business. **It's this lethal national inertia in the face of the most devastating epidemic of the late 20th century that finally prompted one congressman to strike out on his own.** (ênfase do autor)

(Minneapolis Star and Tribune, citado em Hedberg 1990, apud Gundel & Fretheim 2004, 186)

A estrutura que mais comumente é associada com marcação de tópico é o deslocamento do constituinte que refere ao tópico para a direita ou para a esquerda do comentário/foco da sentença, como no caso de (60d–e). Tais construções são, presumidamente, encontradas em

todas as línguas humanas. Os autores utilizam os termos “deslocamento à esquerda” quando o elemento é movido para a esquerda (como em (60d)) e “deslocamento à direita” quando é movido para a direita (como em (60e)). Tais elementos deslocados não podem carregar o único acento prosódico da sentença, funcionando como uma evidência de que marcam o tópico.

Prince (1998, apud Gundel & Fretheim 2004), ao apresentar sintagmas indefinidos não-referenciais ocupando a posição deslocada, como em (63), aponta que o deslocamento a esquerda pode não apenas marcar tópico:

(63) Any company, if they're worth 150 million dollars, you don't need to think of...

(Terkel 1974, citado em Prince 1998, apud Gundel & Fretheim 2004, 187)

É comumente aceito que o tópico deve, pelo menos, ser referencial, ou seja, a sentença ou o enunciado deve ser sobre uma entidade individualizada para ter um valor de verdade em relação àquela entidade. Entretanto, Gundel (1999b, apud Gundel & Fretheim 2004) afirma que exemplos como esse não são necessariamente contraexemplos. Para isso, ele traz a possibilidade de que seja feita uma distinção entre tópico como uma categoria sintática e tópico como uma categoria semântico-pragmática. Frases como (63) podem ter uma leitura partitiva, incluindo um sintagma definido, com o mesmo efeito de pressuposição que sintagmas nominais definidos. Assim, (63) poderia ser parafraseado como (64):

(64) (As for) Companies, if any one of them is worth 150 million dollars, you don't need to think of...

(Gundel & Fretheim 2004, 188)

Em tal análise o quantificador é parte do sintagma tópico sintático, mas não é parte do tópico semântico-pragmático.

No norueguês os autores encontram uma evidência favorável a função de marcador tópico

do deslocamento à direita. Neste caso, o deslocamento de um pronome para a direita, mantendo seu correferente nominal dentro da oração, como em (65):

(65) a. ISKREMEN har JEG kjøpt.

o.sorvete tenho eu comprado

b. ISKREMEN har JEG kjøpt, den.

o.sorvete tenho eu comprado ele

“Eu comprei o sorvete”.

(Traduzido de Fretheim 1995, 2001, apud Gundel & Fretheim 2004, 188)

Fretheim (2001, apud Gundel & Fretheim 2004) mostra que tal exemplo indica que o sintagma deslocado à direita possivelmente ajude o ouvinte a identificar o referente pretendido de um pronominal dentro da oração. Tais construções codificam a estrutura tópico-foco de um enunciado, pois o pronome deslocado necessariamente refere ao tópico. Em (65b) a função de marcação de tópico desambigua a estrutura tópico-foco, uma vez que o norueguês não diferencia prosodicamente tais elementos. Assim, o elemento *iskremen* poderia ser o tópico ou o foco, porém com o pronome deslocado *den*, ele pode apenas fazer o papel de tópico.

No final de seu artigo, Gundel e Fretheim lidam com os efeitos de significado e de condições de verdade de estruturas tópico-foco. Strawson (1964b, apud Gundel & Fretheim 2004) já dizia que descrições definidas são associadas com pressuposições apenas se forem tópicas. Assim, uma sentença como (66a), na qual o sujeito gramatical coincide com o tópico, não terá um valor de verdade, uma vez que não exista o referente do sujeito. Por outro lado, em (66b) o sujeito gramatical é o foco e, nesse caso, se o referente não existir, a sentença será apenas falsa:

(66) a. O rei da França é CALVO.

b. O rei da FRANÇA é calvo.

(Traduzido de Gundel & Fretheim 2004, 190)

Por outro lado, focos puramente contrastivos não têm efeitos sobre as condições de verdade, como se pode perceber ao se comparar as sentenças em (67a-b) com (68):

(67) a. The largest demonstrations took place in PRAGE in November [in] 1989. (there were no larger demonstrations anywhere)

b. The largest demonstrations took place in Prague in NOVEMBER [in] 1989. (there may have been larger demonstrations in Budapest at that time)

(Partee 1991, apud Gundel & Fretheim 2004, 190)

(68) The largest demonstrations took place in Prague in NOVEMBER (in) 1989.<sup>8</sup>

(Gundel & Fretheim 2004, 191)

A sentença em (67a) seria falsa se a maior demonstração em novembro de 1989 tivesse sido em uma das outras cidades do contexto, como Budapeste. Por outro lado, em (67b) e em (68) as sentenças ainda seriam verdadeiras, desde que a maior demonstração que ocorreu em Praga tenha sido em novembro de 1989. Isso se deve ao fato de que a estrutura tópico-foco é a mesma em ambas, ou seja, o tópico é quando a maior demonstração ocorreu em Praga naquele ano e o foco/comentário é que foi em Novembro. Já em (67a) o tópico é a localização da maior demonstração em Novembro de 1989 e o foco é que foi em Praga. Entre (67b) e (68), a única diferença é o foco contrastivo em *Praga*, em (68), que acaba por evocar um conjunto contrastivo de cidades com as quais Praga está sendo comparada, porém apenas essa diferença não afeta as condições de verdade.

Após as análises das propostas dos autores acima, no próximo capítulo tratarei de uma

---

<sup>8</sup> Aqui utilizo versalete para marcar o contraste (L + H\*) e MAIÚSCULAS para indicar o tópico (H\*), de acordo com o utilizado pelos autores.

nova proposta de análise. As análises de tópico e foco a seguir resultam das ligações dos textos anteriores, utilizando noções como o aboutness de Reinhart, o tópico de Vallduví (por ele chamado de link), entre outros.

Nos próximos capítulos lidarei também com a noção de pressuposição. Tal noção, já muito utilizada e tratada na literatura, será aqui utilizada em um sentido relacional, como a ideia de novo/velho relacionalmente vista em Gundel e Fretheim. Assim, mesmo que uma expressão definida seja pressuposta em muitas teorias, quando eu utilizar o termo no próximo capítulo, a mesma expressão só será pressuposta se estiver presente no discurso e relacionada da mesma forma. Assim, no exemplo (6), em que se pergunta “who did Felix praise” e a resposta é “Felix praised Max”, Max é uma entidade já conhecida, ou seja, em diversas teorias, pressuposta. O que importa neste trabalho, porém, é que ele não é pressuposto como “the one Felix praised”.



### 3 ANÁLISE EM PARALELOS

Neste capítulo, proporei uma nova forma de analisar a estrutura informacional. Utilizando alguns elementos apresentados no capítulo anterior, juntamente a outros a serem introduzidos aqui, apresentarei duas formas de analisar a estrutura informacional das sentenças. Duas formas não excludentes, mas complementares. A partir da ideia de Vallduví (1990), apresentada no capítulo anterior, de uma divisão tripartida em duas etapas, a proposta aqui apresentada será também em duas etapas. Estas, porém, serão, até certo ponto, embora não inteiramente, independentes, dividindo a sentença duas vezes. Em alguns casos as duas análises coincidirão, porém o objetivo deste trabalho, a ser melhor explorado neste sentido no próximo capítulo, é demonstrar que tais análises nem sempre coincidem, podendo, inclusive, gerar formas inesperadas.

As duas linhas de análise, que correm paralelas uma à outra e, por isso, serão denominadas paralelos, são a divisão foco/proposição aberta – apresentada na primeira parte do capítulo – e tópico/comentário – apresentada na segunda e última parte do presente capítulo.

#### 3.1 O PARALELO FOCO/PROPOSIÇÃO ABERTA

Para melhor entender esta parte, é necessário antes entender porque a análise do foco ocorre separada da análise do tópico. Para isso, vejamos o que Lambrecht (1994, 206) diz quanto ao assunto:

(...) there are at least two reasons for not adopting such a definition (focus as the 'complement of topic'). First, if we assume – as I do – that focus has to do with the conveying of new information (...), all sentences must have a focus. However, not all sentences have a topic (...). Therefore focus cannot simply be defined as the complement of topic. Second, in the present framework the terms 'new knowledge' or 'new information' are loose equivalents for the term 'pragmatic assertion,' which I defined in Chapter 2 as a proposition that is SUPERIMPOSED ON and that INCLUDES the pragmatic presupposition (...). The focus of a sentence, however, is generally seen as an element of information which is ADDED TO, rather than superimposed on, the pragmatic presupposition. Just as topic is included in the presupposition without being identical to it (...), a focus is part of an assertion without coinciding with it.

Tais noções apresentadas por Lambrecht voltarão a aparecer mais adiante, principalmente

quando tratar das definições de foco e de proposição aberta.

Entendendo então que as noções de tópico e de foco não são complementares, passo agora a tratar do que entendo como sendo cada um dos elementos deste primeiro paralelo em questão:

### 3.1.1 O Foco

Primeiramente, a noção de foco é, como definido por Gundel e Fretheim (2004) e visto no último capítulo, relacional. O que é apresentado como foco de um enunciado ou de uma sentença não precisa ser desconhecido do ouvinte (o que caracterizaria a noção de novo referencialmente), mas precisa ser novo em relação à posição vazia que ele passa a preencher (novo relacionalmente). O exemplo em (53), repetido abaixo como (69), ilustra bem o caso:

(69) A: Quem ligou?

B: Pat disse que ELA ligou.

(Traduzido de Gundel 1980, apud Gunde & Fretheim 2004, 177)

Como dito anteriormente, no caso em que “ela” refere a “Pat”, o referente não é novo para o ouvinte, porém sua atribuição no contexto como o elemento que era desconhecido o torna novo relacionalmente.

O foco é marcado pela prosódia da sentença. Como indicado por Gundel e Fretheim (2004), o tom H\* marca o elemento focalizado, sendo que o foco pode se estender, para os autores, para constituintes mais altos na sintaxe. Tais elementos que podem fazer parte do foco conforme este os possa alcançar ou não dentro da sintaxe, chamo de domínio de foco. Uso o termo de forma distinta da proposta por Lambrecht 1994 e de forma semelhante a usada em Breunig 2011, que define domínio de foco como os elementos que podem fazer parte do foco, sendo o primeiro deles o elemento focalizado prosodicamente, podendo o foco informacional se expandir para a esquerda na sentença.

Para melhor entender a definição de foco, apresento agora o que Lambrecht (1994, 207) afirma ser o foco:

(...) the focus of a sentence, or, more precisely, the focus of the proposition expressed by a sentence in a given utterance context, is seen as the element of information whereby the presupposition and the assertion DIFFER from each other. The focus is that portion of a proposition which cannot be taken for granted at the time of speech. It is the UNPREDICTABLE or pragmatically NON-RECOVERABLE element in an utterance. The focus is what makes an utterance into an assertion.

Assim, o foco pode ser entendido como o que resta quando se subtrai a pressuposição (aqui entendida como o que é velho relacionalmente no discurso corrente)<sup>9</sup> da asserção. E quanto ao que resta? Com isso lido na próxima parte desta seção.

Antes, porém, é importante mencionar que é possível a existência de mais de um foco por sentença. Exemplos disso podem ser encontrado em Büring (2003), como no caso retratado no primeiro capítulo no exemplo (28), repetido abaixo em (70).

(70)Q: Did Knut break up with Alessa?

A: No, ALESSA<sub>F</sub> broke up with KNUT<sub>F</sub>.

A': # No, ALESSA<sub>CT</sub> broke up with KNUT<sub>F</sub>.

A'': # No, ALESSA<sub>F</sub> broke up with KNUT<sub>CT</sub>.

(Büring 2003, 529)

Outros exemplos, ainda no caso de Büring, podem ser dados com as sentenças que apresentam tópico contrastivo. Aceitando a premissa por ele dada de que o contraste seja um elemento adicionado após o foco para indicar uma estratégia ao se responder a uma pergunta (ver “pergunta virtual” abaixo, em 3.1.3), tais casos apresentam, antes de um tópico contrastivo e um foco, dois focos, um deles sofrendo uma modificação adicional. Assim sendo, não apenas o acento A indica foco, mas o acento B também indica foco, além de indicar contraste (contraste sobre o foco).

Neste trabalho, não entrarei na questão do contraste diretamente, aceitando-o provisoriamente como proposto por Büring.

<sup>9</sup> O termo “pressuposição” já foi muito utilizado, seu sentido sendo vago. Aqui, entendo “pressuposição”, como dito no final do capítulo anterior, como um elemento conhecido em relação ao papel que desempenha no enunciado.

### 3.1.2 A Proposição Aberta

Como dito logo acima, o foco pode ser entendido como a diferença entre a asserção e a pressuposição. Por uma conclusão lógica, o que a asserção e a pressuposição apresentam em comum pode ser entendido como o que dá forma ao complemento do foco, à proposição aberta. Como em Ward e Birner (2004), a proposição aberta é uma proposição que apresenta um elemento subespecificado, elemento esse que será substituído pelo foco.

Assim, se temos (71a) como uma asserção e (71b) como a pressuposição em questão, (71c) surge como a proposição aberta:

- (71) a. O GUARDA-NOTURNO matou um ladrão ontem à noite.
- b. Alguém matou um ladrão ontem à noite.
- c. x matou um ladrão ontem à noite.

Além disso, torna-se perceptível que o foco é “o guarda-noturno”, uma vez que se subtraia (71b) de (71a). A noção de proposição aberta é essencial para que se entenda a noção de foco, pois está relacionada ao teste mais conhecido, e provavelmente o mais confiável, para a identificação do foco: a pergunta virtual. Em (71c), a proposição aberta, vemos um “x”, para indivíduos, representando uma variável, marcando o lugar onde se localizará o foco. Por este motivo, o elemento à direita do sinal de igualdade na formalização “x=?” corresponde ao elemento focal do enunciado em análise.

A proposição aberta pode, assim como o foco, ser formalizado. Neste trabalho, porém, lidarei apenas com a representação simplificada não-formal, como em (71c), uma vez que o relevante para as propostas aqui analisadas será a noção de foco.

Passo agora a tratar da pergunta virtual.

### 3.1.3 O Teste: A Pergunta Virtual

Antes de buscar uma definição de pergunta virtual, é necessário entender duas coisas: a primeira é que tal pergunta não é uma pergunta que ocorre, ou sequer que poderia de fato ocorrer de forma completamente natural, antes da sentença que se pretende analisar. A pergunta virtual nada mais é do que uma ferramenta que auxilia na identificação do foco, uma vez que ela, por si própria, seja uma paráfrase do que se pressupõe. Ainda que Ilari (1992) denomine a pergunta em questão como pergunta *natural*, tal termo não é o mais adequado, uma vez que não ocorre de forma natural, sendo apenas criada para que uma análise possa ser feita. Ilari entende tal pergunta da seguinte forma: “*Se a uma oração assertiva for possível associar, em relação de pergunta e resposta, uma oração interrogativa começando por palavra interrogativa, a parte comum à oração interrogativa e à sua resposta será o tema desta; a parte não compartilhada será o rema*” (ILARI 1992, 40, ênfase minha). De Ilari, assim, emprestamos a noção de que deve ser possível associar a *oração interrogativa começando por palavra interrogativa* à *oração assertiva* em questão, o elemento da asserção que surge como resposta para a interrogação sendo, assim, o que ele chama de rema e aqui denominado foco.

A segunda coisa a ser entendida antes de dar minha própria definição de pergunta virtual é o que significa “ser uma pergunta” e “ser uma resposta”. Para isso, utilizo a noção dada por Groenendjik e Stokhof (1982) de que uma questão correta é a que sinaliza uma lacuna no conhecimento do indagador, enquanto uma resposta correta preenche tal lacuna tão bem quanto possível ao se fornecer informação nova.

Em outras palavras, podemos dizer que uma “pergunta correta” é aquela que busca preencher (pelo menos) uma variável no estoque de conhecimento (termo aqui usado como em Vallduví 1990) do falante. Uma “resposta correta”, por sua vez, é aquela dada pelo falante de forma a substituir tal variável por uma constante. Assim, a pergunta está relacionada à parte pressuposta, ou à proposição aberta, enquanto a resposta está relacionada à asserção, mais especificamente à diferença entre a asserção e a pressuposição, ou seja, ao foco.

A pergunta virtual não precisa ser, como dito acima, uma pergunta real, ou mesmo uma pergunta que ocorreria de forma natural no contexto em questão. A pergunta virtual deve ser uma pergunta correta para a qual a frase a ser analisada sirva como uma resposta correta.

Assim, defino a pergunta virtual como em (72):

(72) Pergunta Virtual:

Uma pergunta virtual *PV* é um enunciado interrogativo que serve como uma pergunta correta visando substituir a variável  $x$  da proposição aberta *PA* por um elemento  $a$ , de forma que a asserção analisada lhe sirva como uma resposta correta.

A pergunta virtual, cabe ainda dizer, serve também como um resumo do contexto assumido como precedente. O conteúdo expresso na pergunta equivale ao conteúdo pressuposto, ou seja, expresso ou implícito no contexto, bem como ao conhecimento compartilhado do ouvinte e do falante. Há casos, porém, em que não há uma pressuposição, casos como os *feeders* de van Kuppevelt (1995). Em tais casos as sentenças são apenas focais – como as sentenças *all-focus* de Vallduví (1990), mas não são *all-focus* com a pressuposição de que algo aconteceu, como ocorre com certas sentenças, para as quais a pergunta “o que aconteceu?” se aplica naturalmente, uma vez que o ouvinte sabe que algo aconteceu. Tais sentenças sem conteúdo compartilhado nem em relação ao fato de que algo aconteceu não possuem proposição aberta, não abrindo espaço para análises com perguntas virtuais e, assim, sendo diretamente entendidas como tendo um foco que se estende para toda a sentença.

### 3.1.4 Exemplo de Análise no Paralelo Foco/Proposição Aberta

Um dos objetivos da pergunta virtual pode também ser o de salientar a proposição aberta. Isso ocorre pois a pergunta virtual deve ser uma pergunta correta. Além disso, a proposição aberta é o complemento do foco, sendo, assim, é o que resta da sentença uma vez que o foco é localizado.

Assim sendo, as *alossentenças* (termo usado de forma similar a Lambrecht 1994, ou seja, questões com o mesmo significado, porém com informações distintas) abaixo, nas quais apenas o acento prosódico varia, podem ser analisadas como será proposto em seguida:

- (73) a. O João bateu no PEDRO.  
 b. O João BATEU no Pedro.  
 c. O JOÃO bateu no Pedro.

Nos três exemplos o uso de versalete indica a presença do acento A (H\*, como em Büring 2003). No caso de (73a) três possíveis perguntas virtuais, e, por conseguinte, três possíveis análises da estrutura informacional, surgem. Em (74) apresentamos tais análises:

- (74) i. Em quem o João bateu?

Proposição aberta: “o João bateu em x” / Foco: “x = o Pedro”

- ii. O que o João fez?

Proposição aberta: “o João fez x” / Foco: “x = bateu no Pedro”

- iii. O que aconteceu?

Proposição aberta: “x aconteceu” / Foco: “x = o João bateu no Pedro”

As três análises coincidem com o que geralmente se entende por foco e por proposição aberta na literatura. No caso em (74i) a divisão é bem direta. O foco está apenas no sintagma nominal que funciona como objeto e que carrega o acento A, enquanto a proposição aberta abrange diretamente o sintagma nominal sujeito e o sintagma verbal até a preposição, assimilando a variável x à posição em que se esperaria o sintagma nominal. Isso se reflete também diretamente na pergunta virtual, a qual busca exatamente pelo sintagma nominal objeto, apenas substituindo-o pelo pronome interrogativo “quem”, sem adicionar nenhum elemento.

A análise em (74ii) diferencia-se, pois o foco se expande na sintaxe até alcançar o sintagma verbal, incluindo o elemento prosodicamente prominente, o sintagma nominal objeto. A proposição aberta, por sua vez, apresenta o sintagma nominal sujeito e indica a existência de um sintagma verbal pela inclusão de “fez”, que funciona aqui como um verbo semanticamente vazio, tendo por única função dar sentido à proposição aberta, ou seja, age

junto com a variável x para indicar a presença do sintagma verbal. Novamente vemos isso refletido na pergunta virtual, que apresenta o sintagma nominal sujeito e substitui do sintagma verbal por “O que... fez”.

A análise em (74iii) identifica como foco toda a sentença. Mesmo assim, a proposição aberta não é constituída apenas pela variável x. Caso o conhecimento do ouvinte contivesse apenas a variável, não se poderia dizer que ele sabia que alguma coisa aconteceu. Obviamente tal cenário é possível, porém nesse caso não haveria uma proposição aberta, apenas o foco. De certa forma, tal caso seria parecido com o proposto como feeder por van Kuppevelt (1995). Voltando ao caso em questão, o ouvinte sabe que algo aconteceu, razão pela qual a proposição aberta é “x aconteceu”. Isso se reflete na pergunta virtual, que apresenta “o que aconteceu” como uma forma de reservar um local para o foco indicando que alguma coisa aconteceu e que haverá uma sentença que servirá como resposta. Novamente, caso a sentença surgisse sem o conhecimento prévio do ouvinte de que algo aconteceu, a pergunta virtual não surgiria, pois não seria uma pergunta correta, uma vez que não indicaria um conhecimento incompleto do ouvinte de que alguma coisa aconteceu. É importante, assim, lembrar que a pergunta virtual resume o conhecimento relacionalmente compartilhado entre o falante e o ouvinte, o que justifica a diferença entre “x aconteceu” indicando um conhecimento mútuo de que algo aconteceu” e um enunciado sem proposição aberta, indicando que não há um compartilhamento de que algo significativo aconteceu e vá ser compartilhado.

Por fim, antes de partir para a análise da próxima alossentença, convém observar que se tais perguntas virtuais fossem perguntas reais, apenas o foco, ou o foco e algum outro elemento com o sintagma verbal quando este não é focal, já seria uma resposta satisfatória, até mesmo uma resposta correta. Porém tal caso não é de interesse para a análise em questão, pois, como dito antes, a pergunta virtual não é uma pergunta real, apenas uma estratégia de análise, a resposta já estando presente na sentença proposta para ser analisada, ou seja, surgindo antes da pergunta virtual ser proposta.

A análise proposta para a alossentença em (73b) é a apresentada abaixo em (75):

(75) i. O que o João fez com o Pedro?

Proposição aberta: “o João fez x com o Pedro” / Foco: “x = bateu”

ii. O que aconteceu com o Pedro?



Proposição aberta: “x aconteceu com o Pedro” / Foco: “x = o João bateu”

Em (75i) o elemento marcado pelo acento A, o verbo, é o foco, enquanto a proposição aberta indica que o João “fez algo” com o Pedro. “fez algo”, ou “fez x”, novamente é uma forma de marcar o lugar para o foco, com o verbo “fazer” sendo usado esvaziado de seu sentido semântico. A proposição aberta, assim, novamente está de acordo com a pergunta virtual, que indica a presença de um verbo ligando os dois sintagmas nominais pelo uso do verbo “fazer” com o pronome interrogativo “o que”.

Já em (75ii) o foco abrange o verbo e o sintagma nominal sujeito. Isso se reflete na proposição aberta, que apresenta que algo ocorreu “com o Pedro”, o que na proposição aberta é indicado pela presença de “x aconteceu com” e na pergunta virtual é representado pela presença de “o que aconteceu com”. Novamente aqui se espera que o ouvinte saiba mais do que a simples existência do indivíduo “Pedro”, mas sim que saiba que algo aconteceu com ele, que há um evento relevante relacionado a ele. Caso o ouvinte não soubesse que algo aconteceu com o Pedro e isto não fosse pressuposto no momento do enunciado, ocorreria a alossentença em (73a), como no caso acima em que não surge uma pergunta virtual pois não está pressuposta a ocorrência de algum evento em particular.

Por fim, a alossentença apresentada em (73c) é analisada como em (76):

(76) i. Quem bateu no Pedro?

Proposição aberta: “x bateu no Pedro” / Foco: “x = o João”

Em (76i) temos uma questão tão direta quanto a apresentada em (74i). O foco é o sintagma nominal sujeito, enquanto a proposição aberta apresenta uma variável x em seu lugar, acompanhada de todo o sintagma verbal. A variável é substituída na pergunta virtual pelo pronome interrogativo “quem” e, sem adição de nenhum outro elemento, temos a análise concluída.

Nas análises aqui apresentadas, pode-se perceber a noção de domínio de foco apresentada

anteriormente. O foco sempre inclui o elemento marcado prosodicamente pelo acento A (H\*), porém ele pode incluir elementos localizados à esquerda de tal elemento, expandindo-se conforme seja necessário para adequar-se ao estoque de conhecimento do ouvinte.

Análises com a proposta acima são do mesmo tipo do proposto por Ward e Birner (2004), Lambrecht (1994) e Büring (2003). A novidade aqui não é a forma de encarar o foco, mas a combinação de tal tipo de análise com uma análise que busque o identificar o tópico, como será apresentado na próxima seção.

Assim concluo a análise deste primeiro paralelo, o qual será retomado no próximo capítulo, onde análises de casos mais complexos serão apresentados.

### 3.2 O PARALELO TÓPICO/COMENTÁRIO

A noção de tópico aqui apresentada está relacionada às propostas de Reinhart (1981), Vallduví (1990), Lambrecht (1994) e Gundel e Fretheim (2004). A noção de *aboutness* que permeia o trabalho de Reinhart, de Lambrecht e de Gundel e Fretheim é derivada do trabalho de 1964 de Strawson – apresentada nestes trabalhos – que será de grande valia aqui, enquanto a forma de analisar o comentário e a função do tópico está relacionada ao trabalho de Vallduví e, assim, ao trabalho de 1983 de Heim, mencionado neste autor. Nas próximas subseções explicarei a função de cada um desses elementos, o modo como identificá-los e exemplificarei o caso com análises de sentenças para uma melhor compreensão do paralelo tópico/comentário, conforme feito na apresentação do paralelo anterior.

#### 3.2.1 O Tópico

A noção de tópico, como a noção de link em Vallduví, está relacionada com a forma como a informação é armazenada no estoque de conhecimento do ouvinte. Para melhor entender a noção, apresento rapidamente o que considero estoque de conhecimento e armazenamento.

O estoque de conhecimento do ouvinte está relacionado com todo o conhecimento de *background* do ouvinte. Mais importante ainda é o background que o falante acredita que o

ouvinte possui. Vallduví entende que todo o conhecimento é armazenado em pastas que remetem a determinados referentes, como visto no capítulo anterior. O tópico na sentença tem o objetivo de indicar em qual destas pastas a informação deve ser armazenada. Importante notar, entretanto, que a informação não precisa ser nova em um sentido referencial, que lide com novo/velho no discurso ou para o ouvinte, mas sim nova em um sentido relacional. Isso significa dizer que o ouvinte pode já ter conhecimento da informação, porém não saber onde e como adicionar tal informação, o tópico e o comentário agindo, assim, de forma a auxiliar no armazenamento.

De acordo com Strawson (1964, apud Lambrecht 1994), as sentenças geralmente são sobre algo que é de interesse no momento, o que ele denomina “princípio da relevância”. Assim, as sentenças geralmente são sobre alguma coisa, como dito por Reinhart (1981) e analisado no capítulo anterior. Este “alguma coisa” é o que identifica o tópico, o endereço onde a informação deve ser armazenada. A noção de tópico, assim, se identifica com a noção de aboutness.

Alguns autores, como no caso de Reinhart, afirmam que o tópico não precisa ser o primeiro elemento da sentença, embora tenha a tendência de ser. Outros, como Vallduví, já afirmam que o link (equivalente neste caso ao tópico) é, quando presente, sempre o primeiro elemento. No presente trabalho, a ideia geral é de que o tópico seja sim o primeiro elemento, pelo mesmo motivo apresentado por Vallduví: quando um elemento serve como endereço de onde a informação deve ser armazenada, ele deve ocorrer no início da sentença para que o restante possa ser armazenado de forma direta no arquivo do referente em questão (é importante ressaltar que aqui, como na teoria de Vallduví, leva-se em conta o que o ouvinte sabe e, principalmente, o que o falante acredita que o ouvinte saiba). Entretanto, a noção aqui não é tão estrita quanto a apresentada por ele, ainda que não seja tão relaxada quanto a apresentada por Reinhart, que afirma que há apenas uma tendência do tópico ser o primeiro elemento.

Neste trabalho entendo que o tópico é o primeiro elemento, ainda que certos constituintes, como advérbios e orações adverbiais, principalmente, possam ser deslocados e ocorram antes do tópico por motivos de adequação. Assim, em um contexto como o presente em (77), a sentença em (77B) apresenta o constituinte “ontem à noite” deslocado, porém isso não altera o fato de que a sentença é sobre o falante, não sobre o momento – ainda que indiretamente possa ser entendida como sobre o momento. Porém o referente que precisa existir para que a

frase seja verdadeira, como proposto por Strawson (1964, apud Reinhart 1981), é o falante. O advérbio de tempo em questão é deslocado para a esquerda por uma relação semelhante ao poset proposto por Ward & Birner, fazendo uma ligação de identidade com o elemento final da questão anterior. A mesma sentença poderia ser respondida como em (77'), ou (77'') sem alteração alguma na informação dentro deste contexto:

(77) A: O que você fez ontem à noite?

B: Ontem à noite eu fui no cinema com minha namorada.

(77') A: O que você fez ontem à noite?

B: Eu fui no cinema com minha namorada.

(77'') A: O que você fez ontem à noite?

B: Eu fui no cinema com minha namorada ontem à noite.

Mais ainda, a mesma sentença poderia ser feita como em (77'B) ou (77''B) sem a presença do pronome sujeito “eu”. As implicações disto não serão apreciadas neste trabalho, porém convém indicar que possivelmente a ausência do pronome não altere em nada a informação, uma vez que ele é diretamente inferível da desinência verbal, sendo um tópico que não aparece explicitamente, porém está presente na sentença. A relação que ocorre entre a desinência e o endereço no qual a informação deverá ser armazenada não será tratada neste trabalho, porém é de interesse para futuras análises.

Voltando ao ponto em questão, em todas as três sentenças acima, o referente que satisfaz a noção de aboutness (ser sobre, ter um referente para que a sentença seja verdadeira ou falsa) é o pronome “eu” que indica o falante. Ainda, em concordância com Reinhart (1981), o tópico é único, porém pode ser composto por mais de um referente, seja este indicado pelo uso de plural, ou por uma listagem de referentes no início da sentença, ou ainda por alguma outra estratégia, como coletivos, por exemplo.

Quanto à questão do antitópico, trazida por Lambrecht (1994), aqui tal termo se refere a outros referentes que poderiam estar em posição tópico, porém estão deslocados. A função de tais componentes é distinta da função do tópico. Como dito, o tópico se encontra em posição inicial para facilitar o armazenamento. O antitópico, por outro lado, se encontra em posição pós-verbal. Sua função não é a de automaticamente armazenar a informação.

É importante ressaltar que a noção denominada por Lambrecht (1994) como antitópico não será abordada neste trabalho. Apenas para indicar o caminho de futuras pesquisas, o antitópico aparenta ter uma função semelhante à do tópico, o motivo pelo qual ocorre deslocado e a forma como influencia na análise e no armazenamento sendo motivo para futuros trabalhos.

### 3.2.2 O Comentário

A parte da sentença que não compõe o tópico é denominada comentário. Este pode ser composto por conteúdo novo, velho ou um misto de ambos, referencialmente e relacionalmente. O comentário em si tem duas possíveis funções, derivadas do que Vallduví (1990) denomina foco e tail. Tais funções, porém, são apenas derivadas de tais denominações de Vallduví. O comentário, então, pode ter a função de adicionar conhecimento no estoque de conhecimento e a função de organizar tal conhecimento, ou seja, pode se tratar de uma informação que o ouvinte não conhece e descobre, ou pode se tratar de uma informação já obtida pelo ouvinte, porém a qual ele não sabe como se relaciona ao restante do conhecimento que já possui. Tais funções não são excludentes, podendo coocorrer no mesmo comentário, ou ocorrendo de forma independente. Sua função, porém, derivada do fato de serem, no paralelo foco/proposição aberta, parte do foco (quando adicionarão conhecimento) ou parte da proposição aberta (quando auxiliarão na organização do conhecimento).

Por fim, resta dizer que, enquanto o paralelo foco/proposição aberta afeta a prosódia, sendo esta que localiza o foco (ou, pelo menos, um dos elementos do foco), o paralelo tópico/comentário não surte efeito sobre a prosódia, mas apenas sobre a sintaxe, uma vez que o elemento tópico é marcado pela sua posição na sentença.

### 3.2.3 Os Testes: Noção de Aboutness, a Elisão e a Resolução de Ambiguidades

A localização do tópico está relacionada à já mencionada noção de aboutness de Strawson (1964, apud Reinhart 1981). Quando uma sentença é sobre um referente específico, pode-se dizer que este é o tópico. Ainda que Reinhart introduza possíveis testes para a identificação do tópico, ela mesma indica que não são completamente confiáveis. Aqui, tomarei a noção de “ser sobre” como uma noção intuitiva, porém proporei uma forma de auxiliar na localização do elemento tópico, noção que será útil para o proposto neste trabalho, embora possivelmente também apresente falhas a serem exploradas em trabalhos subsequentes que busquem por uma forma mais adequada e precisa de identificar o tópico sentencial.

Se um enunciado for “sobre” um elemento, existirá uma tendência de que o discurso continue sendo sobre tal elemento. Obviamente, há a possibilidade de mudança de tópico em cada enunciado, porém, em casos em que o enunciado seguinte apresente uma elisão do sujeito, ou outra forma de possível ambiguidade referencial, o tópico tende a se repetir, realizando o que se pode chamar de manutenção de tópico, o que possibilita a sua identificação na oração precedente. Sendo assim, uma forma de identificar o tópico de uma sentença x, consiste em introduzir logo após uma sentença y em que tal ambiguidade referencial ocorra, de forma que o elemento de x que resolver a ambiguidade em y seja o tópico de x. Vejamos um exemplo em (78):

(78) O João viu o Pedro ontem. (Estava com muita pressa e não parou para conversar.)

Neste caso, a sentença a ser analisada é “O João viu o Pedro ontem”. Para identificar o tópico, devemos primeiro buscar o primeiro elemento, ou seja, “o João”. Para testar sua viabilidade como tópico, é necessário analisar se a sentença seguinte, introduzida de forma artificial apenas com o propósito de identificação do tópico da primeira sentença, é ou não uma sentença que pode ser sobre o João novamente. Quando buscamos por um primeiro elemento, encontramos a posição do sujeito vazia, com o verbo “estava” indicando apenas que se trata de uma terceira pessoa do singular. Ocorrendo a elisão, se alguém for solicitado a identificar a pessoa com pressa, há uma forte tendência a responder que “o João estava com

pressa”, ainda que a sentença por si permita uma ambiguidade.

Casos como este ajudam a localizar o tópico, porém, como dito, a noção mais importante é uma intuição do falante de “sobre o que a sentença é”, que gerará o candidato a tópico a ser testado. Haverá casos, como dito anteriormente, em que a sentença não poderá ser considerada como sendo “sobre” o primeiro elemento. Isso pode ocorrer pelo fato de não haver um tópico, o que configura um enunciado atópico, ou pelo tópico ser precedido por outro elemento.

Em (79) há um exemplo de sentença intuitivamente atópica:

(79) Foi lançado o novo livro de George Martin ontem.

Em casos como este, sentenças que se sigam nas quais haja uma ambiguidade podem ser entendidas como sendo sobre o livro que foi lançado. Porém, a sentença sendo analisada não apresenta um elemento sob o qual o conteúdo apresentado possa ser armazenado, o que a torna atópica. Para que tal noção seja melhor entendida, é necessário recordar o que é entendido como estoque de conhecimento, o conhecimento já adquirido pelo ouvinte, e pastas de arquivo para armazenamento, endereços sob os quais o comentário possa ser armazenado. Assim, sentenças como (79') só passaram pela análise para tópico caso, no contexto, haja a possibilidade de a sentença ser sobre o livro.

(79') O novo livro de George Martin foi lançado ontem.

Em certos contextos em que a sentença em (79') pode ser entendida como sendo sobre o livro, esse passará pelo teste. Um caso em que isso seria possível, é quando o contexto apresenta a existência do livro anteriormente, como em casos em que a pergunta virtual seja “Quando foi lançado o novo livro de George Martin?”. Porém, casos em que o contexto não indica a existência de tal livro, sendo ele apresentado, como no caso de uma pergunta virtual “O que aconteceu?” não apresentam o livro como sendo intuitivamente o endereço onde a informação deve ser armazenada.

Como pode ser depreendido do parágrafo anterior, a pergunta virtual não é utilizada apenas na identificação do paralelo foco, mas também na identificação do paralelo tópico. Isso se deve ao fato de a pergunta virtual resumir o contexto presente até o momento, possibilitando a identificação de possíveis endereços onde a informação pode ser armazenada. Assim, antes da análise apresentada após o exemplo em (78), relacionada à ambiguidade referencial, a noção intuitiva de tópico é utilizada através de um olhar para a sentença e para o contexto, no caso, para o resumo do contexto que é apresentado como pergunta virtual. Apenas após um candidato ser identificado como tópico potencial é que o teste da ambiguidade pode ser realizado para confirmação.

Desta forma, durante o restante do trabalho a análise de potenciais tópicos será feita partindo da pergunta virtual e, após, pelo teste da ambiguidade referencial para confirmação ou não do tópico potencial.

#### 3.2.4 Exemplo de Análise no Paralelo Tópico/Comentário

Tendo definido os sentidos de tópico e de comentário usados aqui, bem como a forma de identificar tais elementos na sentença alvo, passo agora a uma breve análise das aossentenças apresentadas em (73) e repetidas aqui em (80):

(80) a. O João beteu no PEDRO.

b. O João BATEU no Pedro.

c. O JOÃO bateu no Pedro.

Esta análise, como no paralelo anterior, partirá da pergunta virtual. Isso ocorre apenas para facilitar a identificação do possível contexto anterior, o que auxiliará a definir se a sentença pode ser dita como sendo “sobre” o elemento candidato a tópico, o primeiro elemento, ou não. Tendo identificado o tópico, ou seja, o endereço sob o qual a informação da sentença deve ser armazenada, o restante será o comentário. O tópico é marcado como “ $\alpha$ ” no comentário. Assim como ocorreu com a proposição aberta, o comentário não será aqui formalizado.



A alossentença em (80a), com foco em “o João” é analisada, neste paralelo, como em (81):

(81) i. Em quem o João bateu?

Tópico: “ $\alpha$  = o João” / Comentário: “ $\alpha$  bateu no Pedro”

ii. O que o João fez?

Tópico: “ $\alpha$  = o João” / Comentário: “ $\alpha$  bateu no Pedro”

iii. O que aconteceu?

Tópico: “ $\emptyset$ ” / Comentário: “o João bateu no Pedro”

Em (81i) temos uma análise em que o tópico é “o João”. Quando analisamos a pergunta virtual, vemos que nesse contexto João já era um referente possível, pois se indaga algo sobre ele. Quando, na próxima etapa da análise, se adiciona uma sentença ambígua como “Estava furioso”, a nova sentença pode apenas ser entendida como se referindo a “o João” e, caso fosse sobre o Pedro, seria necessário especificá-lo através de alguma estratégia, como, por exemplo, a repetição do nome “Pedro”. Levando em conta que se sabe que o João bateu em alguém (como indicado pela pergunta), o verbo, junto com a preposição que o acompanha, são parte do conteúdo relacionalmente velho, o que, pelo dito anteriormente, pelo menos tende a indicar que este conteúdo organiza a informação dentro da pasta em questão (de certa forma como o tail funciona na teoria de Vallduví). Por fim, o conteúdo novo, que foi em “o Pedro” que o João bateu, é adicionado dentro do endereço “o João”.

Em (81ii) temos a presença do João novamente como tópico, pelo mesmo motivo apresentado anteriormente. Desta vez, porém, o sintagma verbal inteiro, com o sintagma nominal objeto incluído, são parte da informação nova, sendo caracterizados como informação adicionada à pasta “o João”.

Em (81iii) não temos a presença de um tópico. Isso se deve pelo fato de que a sentença não é sobre um referente específico. Neste caso, com todo o conhecimento sendo relacionalmente novo, a pergunta virtual não apresenta um referente possível para ser testado como tópico, pois a sentença não surge ligada a nenhum referente específico, mas como uma sentença completamente nova a ser adicionada como um todo ao estoque de conhecimentos.

Exatamente por ser toda a sentença portadora de informação nova, o comentário engloba a sentença inteira.

Em seguida, em (82), vemos a análise de (80b):

(82) i. O que o João fez com o Pedro?

Tópico: “ $\alpha$  = o João” / Comentário: “ $\alpha$  bateu no Pedro”

ii. O que aconteceu com o Pedro?

Tópico: “ $\emptyset$ ” / Comentário: “o João bateu no Pedro”

Em (82i) temos novamente “o João” ocorrendo como tópico, por motivos semelhantes aos de (81i) e (81ii). Desta vez, porém, “o Pedro” também já aparece na pergunta virtual, tornando o teste da desambiguação ainda mais importante. Quando observada uma possível sentença seguinte “Estava furioso”, mesmo neste contexto a nova sentença poderá apenas ser entendida como sendo sobre “o João” e, novamente, para que a nova sentença seja sobre “o Pedro” será necessário o uso de uma estratégia como a repetição do nome “o Pedro” antes de “estava furioso”. O sintagma nominal objeto, que, como dito, já está também presente como conhecimento dado, indica que a informação nova deve ser a relação entre ambos “o João” e “o Pedro”. O verbo e a preposição, por sua vez, são novos, são exatamente o que o falante pretende informar ao ouvinte, ou seja, indicar qual a relação relevante quanto aos dois indivíduos presentes na sentença.

Em (82ii) temos uma ausência de tópico, uma vez que a sentença novamente – como em (81iii) – não é sobre nenhum referente específico, o que, desta vez, não pode ser constatado de uma análise da pergunta virtual. Caso apenas a pergunta fosse levada em conta, poderia se imaginar que a sentença fosse sobre “o Pedro”. Como, porém, a inclusão de “Estava furioso” posteriormente continuaria mantendo a nova sentença como sobre “o João”, “o Pedro” não pode ser o tópico. Assim, mesmo havendo um referente possível na pergunta virtual, isso não é suficiente para que a sentença tenha um tópico. Ainda que o Pedro esteja presente como dado, tal elemento não é sobre o que a sentença pretende passar informação nova, pois, caso o fosse, provavelmente se utilizaria uma sentença que começasse pelo sintagma preposicionado “no Pedro”, como, por exemplo “No Pedro, O João bateu”. Assim, o sintagma nominal “o

Pedro” apenas ajuda a organizar a sentença, enquanto que o restante adiciona a informação relevante, não sobre o Pedro, mas sobre um estado de coisas no mundo que estão relacionados ao Pedro.

Por fim, (80c) é analisado como em (83) abaixo:

(83) i. Quem bateu no Pedro?

Tópico: “Ø” / Comentário: O João bateu no Pedro

Em (83i) temos uma sentença atópica novamente. Novamente temos “o Pedro” presente na pergunta virtual, porém sendo, como em (82ii), barrado para a função tópico pelo teste da ambiguidade. Aqui o sintagma nominal sujeito recebe o acento focal e, sendo um elemento relacionalmente novo que faz parte do comentário, adiciona informação. Neste caso, embora seja possível, como veremos no próximo capítulo, que um elemento seja foco e tópico, tal situação não ocorre por não apresentar as restrições necessárias. Como será demonstrado no capítulo seguinte, para que tal coincidência de foco e tópico ocorra, é necessário que o elemento já esteja de alguma forma presente no contexto. Por sua vez, o sintagma verbal como um todo já está presente, indicando como a nova informação deve ser adicionada, ou seja, indicando que deve ser adicionada em relação a “quem bateu no Pedro”. Uma sentença teste adicionada depois teria como seu tópico o “João”, porém nesse caso não se trataria uma manutenção de tópico, que é o motivo pelo qual o tópico é utilizado, mas sim a utilização de um elemento que apareceu anteriormente como o tópico da sentença teste apenas.

Concluindo este capítulo, é importante salientar alguns fatos já mencionados:

Primeiramente, o fato de um elemento ser relacionalmente novo ou velho pode influenciar sua função dentro do comentário, porém não os define obrigatoriamente como comentário. Como já dito, o comentário é o complemento do tópico e, nos exemplos aqui analisados, o tópico coincidiu com parte da informação relacionalmente velha. Porém, vale a pena repetir, o tópico não precisa ser relacionalmente velho. Como veremos em análises do próximo capítulo, elementos relacionalmente novos, inclusive definidos como a variável da proposição aberta (ou seja, como focais) podem coincidir com sobre o que a sentença fala. Casos como

esses são especiais e exigem, pelo menos, um tipo de contexto especial.

#### 4 A ANÁLISE

Neste terceiro e último capítulo, apresentarei análises de algumas sentenças dentro dos paralelos propostos no capítulo anterior. O objetivo destas análises, mais do que pôr a teoria à prova, é demonstrar algumas possibilidades que se abrem em uma proposta como esta: a primeira é a coincidência, em casos muito específicos, de tópico e foco incidindo sobre um mesmo elemento; a segunda é a possibilidade de dois focos. Quanto a esta segunda possibilidade, mais do que os dois focos informacionais já indicados em Büring (2003), pretendo aqui apresentar casos de focos organizados hierarquicamente dentro da sentença. Mais sobre o caso será especificado no momento da análise em questão.

Outra análise irá também mostrar como a noção de foco está relacionada à noção de implicatura de quantidade, a qual ocorre quando o elemento quantificador é focalizado, porém, como veremos, em casos onde o foco não inclui o elemento quantificador, a implicatura parece não ocorrer.

Duas sentenças anteriormente apresentadas serão analisadas. A primeira sentença a ser analisada é retirada do texto de Gundel & Fretheim (2004), tendo sido apresentada traduzida em (54) e é repetida abaixo em (81), mais especificamente, será analisada a sentença (82b), ainda que (82c) seja também analisada com o objetivo de comparar ambas as análises. A segunda sentença a ser analisada, na verdade, neste caso, a ter suas alossentenças analisadas, é a apresentada em (67) e (68) em seu original, também retirada do texto de Gundel & Fretheim, e aqui apresentada traduzida em (82):

(81) a. Ontem foi o último dia da Copa Davis, com a partida entre Austrália e Romênia.

b. A AUSTRÁLIA venceu a partida.

c. A partida foi vencida pela AUSTRÁLIA.

(Traduzido de Sgall et al. 1973, 12, apud Gundel & Fretheim, 2004, 178)

(82) A maior demonstração ocorreu em Praga em Novembro de 1989.

(Traduzido de Partee 1991, apud Gundel & Fretheim 2004,190)

Dentro destas duas análises principais, outras sentenças serão analisadas para serem comparadas em seus efeitos com as duas pretendidas.

Ainda, como dito anteriormente, na terceira parte deste capítulo lidarei com a noção de implicatura e sua relação com o foco.

#### 4.1 O CASO DA CONVERGÊNCIA FOCO-TÓPICO

Começo agora a análise das sentenças em (81):

Neste caso, o contexto apresentado em (81a) traz a informação necessária para que se identifique a pergunta virtual para cada uma das sentenças em (81b) e em (81c). Em (81a) temos a referência a uma partida entre a Austrália e a Romênia. Mais ainda, sabe-se que é uma final da Copa Davis. O leitor informado estará ciente que a Copa Davis é uma competição de tênis. Ainda, tal leitor estará ciente que em uma partida de tênis – ainda mais uma partida oficial em uma final de um campeonato tão importante – não termina em empate, havendo, assim, sempre um vencedor e um vencido. Assim sendo, como na proposta de van Kuppevelt (1995), é possível o surgimento de uma questão implícita “Qual das duas equipes venceu a partida?” antes de (81b) ou de uma questão implícita “A partida foi vencida por qual das duas equipes?” antes de (81c). Tais perguntas resumem os conhecimentos compartilhados até o momento que são relevantes para que se entenda as respostas. Ainda que tais perguntas sejam semanticamente equivalentes, faço a distinção entre elas por serem pragmaticamente distintas. Na primeira, a indagação indica que se busca por mais informações sobre um dos competidores, no caso o que for identificado como o vencedor. Na segunda questão, porém, busca-se saber mais sobre a partida, identificando-se o vencedor. Uma inversão nas perguntas em relação às suas respostas geraria estranheza, não sendo perguntas corretas para as respostas das quais dispõem.

A sentença em (81a) ainda nos traz as duas únicas alternativas que podem responder à tais questões: ou a Austrália, ou a Romênia (representadas indiretamente na pergunta por “qual das duas equipes”) deverão ter vencido a partida. Tal contexto tendo sido explicitado, mostro

agora, em (82) a análise proposta para (81b):

(82) Pergunta Virtual: “Qual das duas equipes ganhou venceu a partida?”

- i. Proposição aberta: “x venceu a partida” / Foco: “x = a Austrália”
- ii. Tópico: “ $\alpha$  = a Austrália” / Comentário: “ $\alpha$  venceu a partida”

Em (81b) temos “a Austrália” apresentada com versalete, indicando o acento A (focal) da sentença. Por tal motivo pode-se entender que a Austrália seja, pelo menos, parte do foco (e como entendo que o foco se estenda para a esquerda, é o único componente possível do foco). Como já dito acima, espera-se que um dos times tenha vencido a partida, motivo pelo qual “x venceu a partida” corresponde à proposição aberta, ou seja, o conhecimento que o ouvinte precisa saber como e onde armazenar, o que dá origem à pergunta virtual. Isto explica o foco em Austrália.

O parágrafo anterior explica a análise proposta em (82i). Por outro lado, a análise em (82ii) parte de uma noção já presente no texto original de Gundel e Fretheim (2004). Uma das propostas por eles, e a única aceitável nesta teoria, em que se leva em conta como tópico sentencial apenas elementos que estejam presentes na sentença, afirma que a sentença em (81b) pode ser entendida como sendo sobre “a Austrália”. Com “a Austrália” sendo o primeiro elemento da sentença, cabe à presente análise testar se ela pode ou não ser considerada tópica. O primeiro passo é identificar sua presença na questão virtual. Neste caso, o pronome interrogativo usado não é “quem”, o que tende a indicar um conjunto aberto, mas “qual”, reforçado pela presença de “das duas equipes”, o que demonstra um conjunto fechado de opções. Por esse motivo, embora o nome Austrália, bem como o nome Romênia (que aqui não é importante por não aparecer na sentença analisada), não apareça diretamente na pergunta virtual, ele está presente indiretamente, como já dito anteriormente, o que não o exclui como um dos possíveis tópicos. Ao se verificar entre os termos “Austrália”, “Romênia” e “a partida”, presentes na pergunta virtual, o termo “Romênia” é excluído como candidato a tópico por não aparecer na sentença e “a partida” é excluído por não ser o primeiro elemento. Assim, apenas o termo “Austrália”, o primeiro da sentença, surge como candidato a ser verificado pelo teste da ambiguidade. Caso a sentença em (81b), “A Austrália venceu a partida” fosse seguida pela sentença ambígua “Os jogadores estavam exaustos”, a sentença

teste seria sobre os jogadores da equipe australiana, ou sobre todos os jogadores presentes na partida? A intuição dos falantes aponta para “os jogadores da equipe australiana”, o que confirma a predição de “Austrália” ser o tópico da sentença.

Em uma análise mais formal, ainda que o tópico não esteja ligado ao referente já presente na proposição aberta, ou seja, presente diretamente na pergunta virtual, desta vez ele refere à posição marcada pela variável, aguardando que este seja substituído pela forma adequada. Isso só ocorre porque já há, no conteúdo pressuposto, dois únicos possíveis referentes para preencher a posição da variável, sendo que a posição deverá obrigatoriamente ser preenchida – o que é indicado pelo pronome interrogativo “qual”. Assim, o tópico dessa sentença faz o seu papel tradicional de indicar onde a ideia de “venceu a partida” deve ser armazenada no estoque de conhecimento do ouvinte, o que ocorre com o auxílio do foco que identifica o vencedor, possibilitando, assim, o armazenamento correto do comentário no estoque de conhecimento.

Se outras construções possibilitam a convergência de foco e tópico, ainda é necessário que se busque por exemplos e análises que o tornem visível. Para ilustrar, porém, que este não é um caso isolado dentro de tal construção, apresento em (83) um caso similar, embora não idêntico, a ser analisado em (85):

(83) a. Ontem eu vi o Pedro e a Ana no cinema.

b. Sabe quem convidou quem?

c. O PEDRO convidou a ANA.

O caso em (83c) é similar ao caso em (28A), apresentado por Büring, repetido abaixo em (84), com foco em ambos os referentes.

(84) No, ALESSA<sub>F</sub> broke up with KNUT<sub>F</sub>.

(Büring 2003, 529)



Em ambos os casos, dois focos são marcados pelo acento A, um em cada sintagma nominal, o que ocorre, segundo Büring, pelo fato de ser uma resposta suficiente para a pergunta, não sendo necessária a presença de contraste. A análise de ambas as sentenças não será muito diferente, sendo apresentada aqui a análise de (83c), que nos interessa mais proximamente, e demonstrada em (85) abaixo. Importante ressaltar, porém, que a pergunta em (83b) pode ser implícita ou explícita, sem alteração da análise, pelo menos até onde alcança o proposto por este trabalho.

(85) Qual dos dois convidou qual?

- i. Proposição aberta: “x convidou y” / Focos: “x = o Pedro”; “y = a Ana”
- ii. Tópico: “ $\alpha$  = o Pedro” / Comentário: “ $\alpha$  convidou a Ana”

A proposição aberta, neste caso, reflete quase diretamente o proposto no contexto anterior, o que se verifica pela pergunta virtual. A diferença, porém, é que na pergunta real utiliza-se “quem” com um sentido mais próximo de “qual dos dois”, pois se trata de um conjunto limitado contextualmente de opções. Além disso, ao contrário dos casos anteriores, temos aqui a presença de duas variáveis, e não apenas de uma como havia até então ocorrido. Embora isso também seja um caso de dois focos, é um caso distinto do que proponho analisar na próxima seção deste capítulo, pois trata-se de dois focos já aparentes na proposição aberta e na pergunta virtual, fazendo com que ambos possuam o mesmo status dentro da proposição aberta, o que se diferencia do que será apresentado mais adiante.

Seguindo com a análise em questão, os focos são os dois elementos já apresentados no contexto anterior, “o Pedro” e “a Maria”. Novamente cada pronome interrogativo presente na pergunta virtual está mais relacionado com a noção de “qual dos dois, o Pedro ou a Maria?”, o que influencia a proposição aberta, uma vez que o universo de referentes possíveis para se ligarem às variáveis é estritamente limitado: duas variáveis e dois referentes, podendo cada referente ser utilizado apenas uma vez.

Quanto à análise do paralelo tópico/comentário, o candidato a tópico, temos novamente os candidatos a tópico surgindo indiretamente pela presença de “qual”, o que possibilita que a posição seja preenchida pelo “Pedro” ou pela “Ana”. Como na sentença analisada é o Pedro

que toma tal posição, pode-se fazer o teste da ambiguidade adicionando-se uma sentença como “Queria muito assistir ao novo filme do Spielberg”. Nesse caso, novamente, a sentença teste só pode ser entendida como relacionada ao Pedro, o que confirma sua situação como tópico sentencial. Como visto, ele remete novamente a uma variável, o que não apresenta problema, uma vez que tal variável já possui um escopo limitado de referentes possíveis, o que habilita o tópico a se ligar ao referente que ocupar a posição desejada.

Antes de encerrar esta seção, cabe a análise já mencionada da sentença em (81c). Este é um caso mais simples, como pode ser observado em (86):

(86) A partida foi vencida por qual das equipes?

- i. Proposição aberta: “a partida foi vencida por x” / Foco: “x = a Austrália”
- ii. Tópico: “ $\alpha$  = a partida” / Comentário: “ $\alpha$  foi vencida pela Austrália”

A análise do paralelo foco/proposição aberta, em (86i) mantém, como em (82i) o foco no sintagma “a Austrália”, com a diferença estando que, neste caso de inversão através de passivação com “por” (como apresentado por Ward & Birner 2004) o elemento novo é posicionado mais ao final, enquanto que o elemento já velho no discurso ocorre no início. Isso influencia na análise do paralelo tópico/comentário também, uma vez que se espera o tópico em posição inicial, desta vez o tópico deve ser “a partida”. Ainda que haja novamente a presença de “qual das equipes”, desta vez uma sentença como a apresentada anteriormente “Os jogadores estavam exaustos” seria entendida mais facilmente como uma sentença sobre todos os jogadores da partida, não apenas sobre os jogadores da equipe australiana, novamente confirmando que o tópico é o elemento inicial “a partida”.

Com isso é possível perceber que, em (86ii), a sentença é sobre a partida, não sobre a Austrália, não coocorrendo, portanto, foco e tópico no mesmo constituinte. Isso torna possível também trazer à tona mais uma hipótese para possíveis trabalhos futuros: a inversão através de voz passiva com “por”, proposta em Ward e Birner (2004), parece buscar, em certos casos, desambiguar o elemento que poderia ocupar a posição de foco e de tópico simultaneamente.

Concluída esta análise, partimos para a próxima seção, onde trataremos de focos múltiplos de uma forma distinta dos focos múltiplos em (28A) e em (84c).

## 4.2 O CASO DO FOCO AUXILIAR

Começo agora a análise da sentença em (82). A análise constará de três aossentenças possíveis. Embora outras ainda sejam possíveis, as três em questão são as necessárias para ilustrar o fato de que é possível a existência de mais de um foco informacional por sentença, com importâncias distintas. As aossentenças em questão são as apresentadas em (87):

- (87) a. A maior demonstração foi EM PRAGA em novembro de 1989.
- b. A maior demonstração foi em Praga EM NOVEMBRO DE 1989.
- c. A maior demonstração foi EM PRAGA EM NOVEMBRO DE 1989.

Nestas análises, serei mais direto, dando ênfase à análise do paralelo foco/proposição aberta. Apenas para ilustrar, darei um exemplo de análise no paralelo tópico/comentário, porém como o objetivo desta análise está diretamente relacionada com o foco, não identificarei a análise do tópico em todas as sentenças. Mesmo dentro da análise do foco, serei mais direto, não demonstrando os casos que não são relevantes para a análise, como casos de sentenças all-focus, por exemplo.

Antes de prosseguir, porém, é importante lembrar que, ainda que sentenças como “ALESSA broke up with KNUT”, trazidas por Büring e já mencionadas antes tenham também dois focos, não é deste caso que trato aqui. Estes exemplos são exemplos com dois focos informacionais de mesmo status. A intenção desta seção é lidar com focos informacionais de status distintos.

Em (88) temos a análise do primeiro caso, apresentado em (87a):

(88) Onde foi a maior demonstração em novembro de 1989?

Proposição aberta: “a maior demonstração foi em x em novembro de 1989” /

Foco: “x = Praga”

Tópico: “α = a maior demonstração” / Comentário: “α foi em Praga em novembro de 1989”

Começo pela análise de tópico/comentário. Esta, bem simples, identifica o tópico como “a maior demonstração”, enquanto o comentário é composto pelo material composto pelo novo e pelo dado “foi em Praga em novembro de 1989”. Não é necessário dizer mais sobre esta interpretação, e não voltarei a apresentar tal paralelo nas próximas aossentenças relacionadas a esta sentença.

O foco, nesta aossentença, é relativamente comum, porém merece atenção devido às comparações que surgirão nas próximas análises. Aqui, o foco é o lugar onde ocorreu a maior manifestação, no caso, “Praga”. Já é sabido quando ela aconteceu, o que é expresso tanto na pergunta, quanto na proposição aberta.

Sigo agora para a análise de (87b), apresentada em (89):

(89) i. Qual foi a maior demonstração?

Proposição Aberta: “a maior demonstração foi em x” / Foco: “x = Praga em novembro de 1989”

ii. Quando foi a maior demonstração?

Proposição aberta: “a maior demonstração foi em (y) x” / Focos: “x = novembro de 1989”  
“y = Praga”

A análise em (89i) ainda parece bem direta. A diferença em relação à análise em (88) está no fato de que, estando o acento A na data, não no lugar, o foco pode se estender, embora não precise, pois poderia muito bem servir de resposta para uma pergunta mais completa, como “quando foi a maior demonstração em Praga?”, caso em que apenas a data seria o foco. Porém, como visto, o foco pode-se ser estendido para a esquerda, o que é ilustrado no exemplo em questão.

A análise de maior interesse dentre as duas, porém, é a apresentada em (89ii). Neste caso, um novo elemento aparece, o qual será denominada *foco informacional auxiliar*, sendo representado, na proposição aberta, pelo uso de parênteses para diferenciá-lo de um foco

informativo pleno. Este novo elemento, o foco informativo auxiliar, assim como seu nome indica, carrega informação relacionalmente nova, tanto quanto os focos informativos até agora vistos. A diferença é que ele surge como uma informação extra, não solicitada pelo contexto/pergunta que precede. Trata-se de um caso em que o falante decidiu adicionar informação considerada por ele relevante. Neste caso, a pergunta virtual, indicando o contexto anterior, indica apenas a necessidade de indicar quando ocorreu o evento. Mesmo assim, a informação referente ao local pode ocorrer de forma natural, neste caso, sem alterar a prosódia. Para poder melhor analisar o foco auxiliar e suas consequências, apresento na sequência outro exemplo, através da sentença em (87c), abaixo em (90):

(90) Onde foi a maior demonstração?

Proposição Aberta: “a maior proposição foi em x (y)” / Focos: “x = Praga”

“y = em novembro de 1989”

Este caso, como em (89ii) apresenta um foco não solicitado, um foco auxiliar. Enquanto naquele caso a prosódia apresentava apenas um acento A no último elemento, na data, visto que este era o foco informativo solicitado, ou pleno. Como o foco informativo pode se expandir para a esquerda, o foco auxiliar não necessitou de um acento próprio, sendo englobado prosodicamente no mesmo bloco, porém formando um foco separado, distinto do foco solicitado. Por outro lado, em (90) temos o foco informativo solicitado antes do foco auxiliar. Como o acento do foco solicitado só pode se estender para a esquerda, o foco auxiliar fica desprovido de um acento que o indique como conhecimento relacionalmente novo. Para diferenciá-lo da proposição aberta, então, um novo acento é colocado sobre ele, tornando-o um foco independente não só informativamente, mas também prosodicamente.

O caso analisado acima não é único. Para demonstrar isso, a sentença abaixo em (91a) terá duas de suas sentenças (91b) e (91c) analisadas da mesma forma do feito acima:

(91) a. O João leu O Hobbit, do Tolkien.

b. O João leu O Hobbit, do TOLKIEN.

c. O João leu O HOBBIT, do TOLKIEN.

(92) De quem é o livro que o João leu?

Proposição Aberta: “o João leu (y) x” / Focos: “x = do Tolkien” “y = O Hobbit”

(93) Que livro o João leu?

Proposição Aberta: “o João leu x (y)” / Focos: “x = o Hobbit” “y = do Tolkien”

A alossentença em (91b) é analisada em (92). Nela vemos um caso em que apenas a informação de “quem é o autor” é pedida. Mesmo assim, a frase traz um adendo, um foco auxiliar que indica, dentre as obras do autor, qual a que foi lida. Ao fazer isso colocando o foco informacional no final, novamente é possível que o foco prosódico se expanda para abranger ambos os focos. Por outro lado, em (93), que analisa a alossentença (91c), o foco informacional, a informação solicitada, é qual o livro, a informação adicionada sendo o nome do autor, objetivando auxiliar na identificação do livro. Como neste caso o foco auxiliar ocorre no final, após o foco solicitado, há novamente a necessidade de marcar cada foco individualmente, uma vez que o foco prosódico aplicado ao foco informacional solicitado não pode se expandir para o que está depois de sua posição.

O foco auxiliar não é um elemento necessário na sentença. O contexto solicita apenas o foco informacional, imprescindível na sentença. Por este motivo, caso as sentenças analisadas anteriormente ocorressem sem a presença do foco auxiliar – marcado por (y) – a sentença ainda seria aceitável no contexto, o que não ocorre caso seja o foco solicitado o que for removido. A presença do foco auxiliar está relacionado ao trabalho de van Kuppevelt (1995). O falante presume que, além da informação já solicitada, o ouvinte venha a solicitar outra informação, adiantando-se e interpretando a situação como uma pergunta implícita, no sentido usado por van Kuppevelt, e adicionando a resposta sem que a pergunta de fato ocorra.

### 4.3 O CASO DAS IMPLICATURAS

Trato agora, novamente, do paralelo foco/proposição aberta. Este paralelo está ligado a implicaturas, mais especificamente – no principal caso aqui analisado – implicaturas de quantidade.

Para explicar melhor esta situação, observe os contextos em (94) e em (95):

(94) Gustavo e Maiara estão na fila para comprar ingressos para o cinema. Na hora da compra, Maiara percebe que lhe faltam doze reais para pagar a entrada:

Maiara: “Tem doze reais para me emprestar?”

Gustavo: “Eu tenho DEZ REAIS”.

(95) Gustavo e Maiara estão na fila para comprar ingressos para o cinema. Na hora da compra, Maiara percebe que lhe faltam dez reais para pagar a entrada e, após comentar o fato, Gustavo lhe diz:

Gustavo: “Eu TENHO dez reais”.

A sentença que encerra o exemplo em (94) é analisada abaixo em (96).

(96) Que quantia você tem para me emprestar?

Proposição aberta: “eu tenho x” / Foco: “x = dez reais”

Para que a análise ocorra, em primeiro lugar, é necessário que se formule uma pergunta virtual que esteja relacionada ao contexto precedente. Embora já haja uma pergunta real, tal pergunta é de resposta sim/não. Para a pergunta virtual, porém, necessita-se introduzir uma pergunta QU-, motivo pelo qual a pergunta virtual e a pergunta real, neste caso, diferem. Assim, a pergunta virtual é apenas uma ferramenta para analisar a resposta dada à pergunta

real, sendo que a partir da resposta à pergunta virtual pode-se inferir a resposta à pergunta real. Neste caso, se a resposta à pergunta virtual for uma quantia menor do que a necessária, e apresentada na pergunta real, a resposta é negativa, caso a resposta seja igual ou superior à quantia necessária, a resposta será positiva. Assim, a máxima da quantidade faz com que, no caso da resposta apresentada, a resposta seja negativa, tornando possível entender que não há mais do que os “dez reais” mencionados pelo falante, o que conversacionalmente ativa a não existência dos doze reais em questão, que é a resposta para a questão real.

A sentença que encerra o exemplo em (95) é analisada abaixo em (97).

(97) Como eu consigo dez reais?

Proposição aberta: “x dez reais” / Foco: “x = eu tenho”

Embora o contexto real não apresente uma pergunta, novamente é necessário que uma pergunta virtual seja criada, e que esta pergunta seja uma pergunta QU-. A ideia é que um dos participantes da conversa necessita de “dez reais”, o que possibilita que o contexto seja interpretado pela pergunta virtual apresentada acima. Neste caso, então, há uma quantia necessária para que se possa pagar a entrada do cinema. A questão é descobrir se alguém tem ou não esta quantia e, caso tenha, quem é essa pessoa. A prosódia do enunciado já indica isso ao colocar o acento focal em “tenho”, em vez de colocá-lo no elemento quantificado. Assim, a resposta trata apenas da quantia específica, não sendo relevante a existência de mais dinheiro. Isso indica que seja necessário que o elemento escalar seja parte do foco para que a implicatura seja gerada, havendo um cancelamento da implicatura quando tal não ocorre.

Entretanto, retirar o foco desse elemento pode não ser suficiente para cancelar a implicatura. Como pode ser visto em (98), certos elementos adicionados posteriormente parecem ter o efeito de manter a implicatura, ou, talvez, através de uma inferência, gerar o mesmo resultado esperado caso o elemento escalar estivesse focalizado.

(98) Gustavo e Maiara estão na fila para comprar ingressos para o cinema. Na hora da compra, Maiara percebe que lhe faltam dez reais para pagar a entrada e, após comentar o fato, Gustavo lhe diz:



Gustavo: “Eu TENHO dez reais, mas são para a minha entrada.”

A adição de “mas são para a minha entrada” faz com que o elemento, mesmo não focalizado, volte a indicar um limite definido nesta quantidade. Os motivos para isso parecem poder ser dois, um deles é a presença do “mas”, que pode inferencialmente gerar a ideia de esta quantia não estar disponível. O outro motivo possível é o foco que também ocorre em “minha entrada”, na segunda parte da sentença, embora como e porque isso ocorra ainda não esteja claro, uma vez que o foco em “minha entrada” provavelmente se estenda apenas até o “mas”. Casos como esse necessitam de uma análise mais profunda do que a proposta para este primeiro momento.

Os casos de implicaturas são ainda mais interessantes do que o apresentado acima. Nos exemplos em (99) e (100) vemos duas sentenças informacionalmente iguais, porém com a prosódia afetando mais do que a noção de estrutura informacional tradicional, chegando a ter influência sobre a interpretação de aspectos de uma pragmática de caráter mais conversacional.

(99) Pedro: Tu foste na casa da Ana falar com ela?

João: Ontem eu fui na casa DELA.

(100) Pedro: Tu foste na casa da Ana falar com ela?

João: Ontem eu FUI na casa dela (mas ela estava na praia).

No caso em (99), o foco cobre toda a sentença. Embora já esteja presente antes, ela é apresentada como uma dúvida, logo não pode ser acrescentada como parte do estoque de conhecimento, o que é demonstrado pela pergunta sim/não que a precede. Isso pode ser verificado em (101), onde a sentença é analisada. Assim, a sentença é *all-focus*, confirmando a asserção da sentença anterior. Ou seja, a sentença é relacionalmente nova, pois até então existia apenas como uma dúvida. Neste caso, a sentença, com o foco incluindo “a casa dela”, indica que o falante foi até a casa e, havendo uma convenção social de que se alguém vai à

casa de outra pessoa, fala com ela, infere-se que o João falou com a Ana, o que é parte do indagado na questão anterior.

(101) Ocorreu a situação de você ir na casa da Ana falar com ela?

Proposição Aberta: “x” / Foco: “x = eu fui na casa dela” (e, por implicatura, falei com ela)

Em (100) a resposta é distinta prosodicamente, indicando uma diferença informacional e, o que é menos esperado, uma diferença conversacional. Desta vez a resposta coloca o foco no verbo ir, como pode ser visto na análise apresentada em (102). Isso parece indicar que apenas “ir na casa” ocorreu, outras situações que poderiam derivar de tal situação – no caso, “falar com ela” – não ocorreram. Ou seja, embora a asserção apresentada na pergunta seja parcialmente verdadeira, pois o falante foi na casa da Ana, isso não significa que ele falou com ela, talvez por ela não estar em casa, ou por algum outro motivo.

(102) Ocorreu a situação de você ir na casa da Ana falar com ela?

Proposição aberta: “eu x na casa da Ana (y com ela)” / Focos: “x = fui” “y = não falei”

Exemplos como esse extrapolam em muito uma análise informacional de sentenças no nível pretendido por este trabalho. Porém, tais situações são de extremo interesse e, exatamente por isso, podem gerar futuros trabalhos. Assim, me limito, como feito acima, a indicar a situação e propor possíveis caminhos para que se chegue a respostas mais completas e satisfatórias sobre o problema.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo primeiro apresentar uma forma particular de entender e analisar a estrutura informacional sentencial. Tal análise busca enfatizar que tópico e foco não são noções necessariamente complementares, o que as levaria a não poderem coincidir sobre o mesmo elemento. Para isso, utilizou-se o que chamei de análise em paralelos, ou seja, a análise ocorria separadamente quanto a estes elementos, cada um com seu respectivo complemento, quais sejam, o comentário para o tópico e a proposição aberta para o foco.

Uma análise como essa permite se verificar de forma mais adequada certas sentenças, conforme apresentado no início do último capítulo, nas quais um mesmo elemento possui as características formais e funcionais atribuídas ao tópico e as atribuídas ao foco.

Com a análise de trabalhos de alguns autores no primeiro capítulo, a teoria aqui apresentada foi construída utilizando alguns conceitos por eles trazidos, traduzidos e interpretados de forma a funcionarem em exemplo trazidos pelos próprios autores, bem como em exemplos próprios do presente trabalho. É importante salientar, porém, que diversos outros autores são de fundamental importância não só para esse trabalho, mas para todo o desenvolvimento de pesquisas na área de estrutura informacional. Os trabalhos aqui mencionados são uma pequena amostra que foi escolhida após a análise de uma série de sentenças serem observada. A escolha deveu-se, antes de tudo, ao fato de encaixarem-se mais adequadamente ao aqui proposto.

Não apenas casos de foco e tópico coincidindo sobre um mesmo elemento foram importantes nesse trabalho, entretanto. O último capítulo ainda se aventura pela noção de foco utilizando o paralelo de análise do foco para identificar sentenças em que uma informação nova não solicitada é apresentada, de forma a enriquecer o conhecimento do ouvinte. Tal foco não solicitado, aqui denominado foco auxiliar, tem suas próprias características, estando em uma posição inferior ao foco informacional solicitado, o que é demonstrado pelo fato de ser englobado pela prosódia do foco solicitado sempre que possível, apresentando uma prosódia própria apenas em casos em que o domínio de foco – ou seja, o fato de o foco informacional não poder se estender para a esquerda do foco prosódico – não permite que seja englobado na mesma prosódia. O uso do paralelo do foco é usado também para analisar situações em que implicaturas são canceladas, uma vez que o elemento que as ativaria não se encontra

focalizado. Tal caso, porém, é visto de forma breve, deixando ainda em aberto um campo fértil para pesquisas futuras.

Esse trabalho não teve por objetivo ser um todo fechado. Sua principal intenção apresentar uma forma de analisar a estrutura informacional que deve ainda ser muito explorada e aperfeiçoada, a qual pode, inclusive, ajudar a desenvolver novas e mais precisas formas de análise. As análises e pontos de pesquisa aqui elicitados buscam desenvolver formas de pensar dentro dessa forma de análise, demonstrando situações que permitem outras interpretações a possíveis futuros trabalhos na área da estrutura informacional sentencial. A própria teoria em si ainda tem muito a ser aperfeiçoado, como, por exemplo, uma melhor formalização da análise, que aqui buscou uma forma mais simplificada, mas que pode, certamente, ser aprofundada e melhorada. Em resumo, esse trabalho, mais do que especificar alguma noção exata, ou afirmar uma proposta, buscou abrir portas para futuras pesquisas e trabalhos na área.

## REFERÊNCIAS

- BREUNIG, Gustavo. *Articulação Informacional em Orações Subordinadas*. Porto Alegre, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BÜRING, Daniel. On D-Trees, Beans and B-Accents. In: *Linguistics and Philosophy*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, v. 26, 2003
- GROENENDJIK, Jeroen & STOKHOF, Martin. On the semantics of questions and the pragmatics of answers. *Varieties of formal semantics: proceedings of the fourth Amsterdam colloquium*, Holanda, Foris Publications, v.3, n.1, p. 143-170, 1984.
- GUNDEL, Janette K.; FRETHEIM, Thorstein. Topic and Focus. In: HORN, Laurence R.; WARD, Gregory. *The Handbook of Pragmatics*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2004.
- ILARI, Rodolfo. *Articulação Tema-Rema*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.
- LAMBRECHT, Knud. *Information structure and sentence form: topic, focus, and the mental representation of discourse referents*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1994.
- REINHART, Tanya. Pragmatics and Linguistics: An Analysis os Sentence Topics. *Philosophica*. Bélgica, v.27, 1981.
- ROBERTS, Craige. *Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics*. Ohio: The Ohio State University, 1996.
- ROBERTS, Craige. Topics. In: MAIEBORN, Claudia; VON HEUSINGER, Klaus; PORTNER, Paul (eds.). *Semantics: an International Handbook of Natural Language Meaning*. v. 2. Germany: de Gruyter, 2011.
- STALNAKER, Robert. Assertion. In: P. Cole (ed.) *Pragmatics: Syntax and Semantics*. Academic Press: New York, U.S.A., vol. 9, 1978.
- VALLDUVÍ, Enric. *The Informational Component*. Pensilvânia, EUA, 1990. Dissertação (Pós-doutorado em lingüística). The institute For Research In Cognitive Science, University of Pennsylvania.
- VAN KUPPEVELT, Jan. Discourse Structure, topicality and questioning. *Journal of Linguistics*. Cambridg, UK, v. 31, 1995.
- WARD, Gregory.; BIRNER, Betty. Information Structure and Non-canonical Syntax. In: HORN, Laurence R.; WARD, Gregory. *The Handbook of Pragmatics*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2004.